



UNIVERSIDADE DO ALGARVE

***A CONTABILIZAÇÃO DOS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS DE ACORDO
COM O SNC: PRINCIPAIS IMPACTOS PARA A GESTÃO***

Carla Sofia Cardoso Lopes Gonçalves Martins

Tese

Mestrado

(Especialidade em Gestão Empresarial)

Trabalho efetuado sob a orientação de: Fernando Félix Cardoso

Ano : 2012



UNIVERSIDADE DO ALGARVE

***A CONTABILIZAÇÃO DOS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS DE ACORDO
COM O SNC: PRINCIPAIS IMPACTOS PARA A GESTÃO***

Carla Sofia Cardoso Lopes Gonçalves Martins

Tese

Mestrado

(Especialidade em Gestão Empresarial)

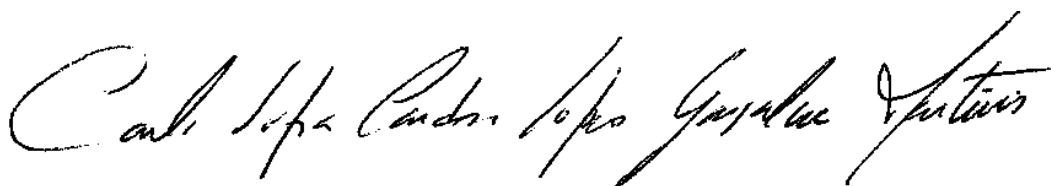
Trabalho efetuado sob a orientação de: Fernando Félix Cardoso

Ano : 2012

***A CONTABILIZAÇÃO DOS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS DE ACORDO
COM O SNC: PRINCIPAIS IMPACTOS PARA A GESTÃO***

Declaração de autoria de trabalho

Declaro ser a autora deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.



(Assinatura)

Copyright *Carla Sofia Cardoso Lopes Gonçalves Martins* estudante da UAlg

“A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicitar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.”

Gostaria de deixar uma palavra de agradecimento ao Professor Fernando Cardoso por ter aceite o desafio de ainda que, a longos quilómetros de distância, me coordenar neste trabalho.

À minha família e principalmente aos meus filhos, pelas horas que tivemos de abdicar uns dos outros ...

Filha nunca me esquecerei das tuas palavras de incentivo que guardo para o resto da minha vida como a força que me alimenta nas horas de angústia, obrigada minha querida ...

“Mãe, o medo é a força da vontade que temos de ultrapassar.”

Sofia M. Esperança

Agradecer a Deus e a Nossa Senhora por me iluminarem neste percurso tão sinuoso.

RESUMO

A crise económica e financeira, que caracteriza atualmente os mercados, tornou patente a própria crise de princípios e valores. Vive-se um período, em que a legitimidade da informação contabilística suporte a tomada de decisões ao nível da gestão, passou a ser altamente questionada. Conscientes desta realidade, diversos organismos internacionais, sentiram a necessidade de intervir na regulamentação contabilística procurando a harmonização a nível mundial. Portugal acompanhando estas alterações, no início de 2010 adota um novo normativo, o sistema de normalização contabilístico.

No entanto uma das características deste normativo é o de se reger mais por princípios do que por regras. O que desde logo confere um alto grau de subjetividade.

Neste contexto elegeu-se como objeto de estudo o próprio normativo na sua norma contabilística e de relato financeiro 7 – ativos fixos tangíveis.

Identificadas as diversas hipóteses possíveis de contabilização, elegeram-se as variáveis que para o objecto de estudo e perante as hipóteses em análise seriam observáveis e testáveis. Foram realizadas simulações por extrapolação, sendo analisado o impacto ao nível do aumento ou da redução do montante das variáveis. Bem como os seus efeitos na tomada de decisões de gestão.

Este estudo propõe duas importantes contribuições: a primeira reside no facto de permitir concluir que existe impacto direto nos resultados e património da empresa mediante as práticas contabilísticas adotadas pelos utilizadores do sistema de normalização contabilística. Permite em segundo lugar atestar esse impacto na tomada de decisão ao nível da gestão.

Termos-Chave: Princípios, Subjetividade, práticas contabilísticas, Impacto

SUMMARY

The economic and financial crisis, that currently characterizes the markets, has highlighted the own crisis of principles and values. We are living a period in which the legitimacy of the accounting information (support of decision-making at a management level) is being highly put into question. Aware of this reality, various international organizations felt the need to interfere in the accounting regulation, looking for a worldwide harmonization. Following these changes, Portugal adopts a new normative in the beginning of 2010: the Accounting Standards System.

However, one of the characteristics of this normative is to be guided more by principles than by rules. And this immediately confers a high degree of subjectivity.

In this context, the normative itself was chosen as the object of study; in its accounting standard and financial reporting 7 – tangible fixed assets.

After being identified the several possible accounting hypotheses, the variables that would be observable and testable (given the object of study and the hypotheses under consideration) were chosen. Some simulations were performed by extrapolation, analysing the impact in terms of increasing or decreasing the amount of variables, as well as its effects on decision-making at a management level.

This study proposes two important contributions: firstly, it leads to the conclusion that the accounting practices, adopted by the users of the Accounting Standard System, have a direct impact on the company's results and assets; secondly, it enables to attest this impact on decision-making at a management level.

Keywords: Principles, subjectivity, accounting practices, impact

ÍNDICE

ÍNDICE DE FIGURAS	9
LISTA DE ABREVIATURAS	12
Capítulo 1. INTRODUÇÃO	13
1.1 - Definição do Tema ou Problema a Estudar	13
1.2 - Relevância do Tema ou Problema	14
1.3 - Hipóteses a Testar	15
1.4 - Organização do Estudo e Resumo dos Capítulos Seguintes	16
Capítulo 2. REVISÃO DA LITERATURA	17
2.1 - O Papel e Evolução da Contabilidade de Gestão	17
2.2 - O sistema de normalização contabilística.....	19
2.2.1 - A Necessidade de Harmonização Contabilística a Nível Global	19
2.2.2 - Harmonização Contabilística na União Europeia.....	20
2.2.3 - A Normalização Nacional até ao Sistema de Normalização Contabilística	21
2.3 - Características do Sistema de Normalização Contabilística	27
2.4 - A contabilidade e a fiscalidade. O seu impacto nas demonstrações financeiras	28
2.5 - As diversas práticas contabilísticas ao nível dos ativos fixos tangíveis	29
2.5.1 - Definição de ativos fixos tangíveis.....	29

2.5.2 - Reconhecer o custo das ferramentas.....	30
2.5.3 - Reconhecer os custos de desmantelamento	31
2.5.4 - A vida útil, dos ativos fixos tangíveis	33
2.5.5 - O método de depreciação escolhido	34
2.5.6 - Reconhecer o custo dos componentes, sobressalentes principais e equipamentos de reserva	35
2.5.7 - Orientação para o Justo valor: Modelo da revalorização ou Modelo do Custo	36
Capítulo 3. METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO	39
Capítulo 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	44
4.1 - Como reconhecer o gasto com a aquisição de ferramentas	44
4.2 - Como mensurar os custos de desmantelamento e remoção do item	46
4.3 - Proceder a alteração da vida útil do bem.....	49
4.4 - Como reconhecer o custo dos componentes, sobressalentes principais e equipamento de reserva	52
4.5 - No caso da mensuração após o reconhecimento: optar entre mensurar pelo Modelo do custo ou optar pelo Modelo de revalorização.....	54
4.6 - Como reconhecer no custo do bem o valor de empréstimos diretamente contraídos.....	59
Capitulo 5. CASO DE ESTUDO	64
5.1 - Enquadramento da atividade da empresa	64
5.2 – A Empresa	67

5.3 – As políticas contabilísticas da Empresa alternativas e impactos nas variáveis de estudo.....	70
5.3.1 - As políticas contabilísticas da Empresa: Gasto com a aquisição de ferramentas.....	70
5.3.2 - As políticas contabilísticas da empresa: os custos de desmantelamento e remoção do item.....	73
5.3.3 - As políticas contabilísticas da Empresa: a alteração da vida útil do bem.....	80
5.3.4 - As políticas contabilísticas da Empresa: reconhecer o custo dos componentes, sobressalentes principais e equipamento de reserva.....	84
5.3.5 - As políticas contabilísticas da Empresa: mensuração após o reconhecimento: optar entre mensurar pelo Modelo do custo ou optar pelo Modelo de revalorização.....	86
5.3.6 - As políticas contabilísticas da Empresa: reconhecer no custo do bem o valor de empréstimos diretamente contraídos	91
5.3.7 - As políticas contabilísticas da Empresa impactos gerais nos resultados	94
Capítulo 6 CONCLUSÕES	97
6.1 - Conclusões Finais	98
6.1.1 - O gasto com a aquisição de ferramentas	98
6.1.2 - Os custos de desmantelamento e remoção do item	99
6.1.3 - O período de vida útil do ativo	101
6.1.4 Os custos com a aquisição de sobressalentes.....	103

6.1.5 - Modelo de mensuração subsequente ao reconhecimento	105
6.1.6 - A capitalização dos custos dos empréstimos	106
6.2. – Perspetivas de Investigação Futura.....	108

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 4.1: Como reconhecer o gasto com a aquisição de ferramentas.....	43
Figura 4.2: Mensuração dos custos de desmantelamento e remoção do item.....	46
Figura 4.3: Alteração da Vida Útil do Bem	48
Figura 4.4: Como reconhecer o custo dos componentes, sobressalentes principais e equipamento de reserva	51
Figura 4.5 – Modelo do custo ou Modelo de revalorização.....	53
Figura 4.6 – Modelo do custo ou Modelo de revalorização	57
Figura 4.7 – Como reconhecer no custo do bem o valor de empréstimos diretamente contraídos	58
Figura 5.1: Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas: reconhecimento do gasto com a aquisição de ferramentas	69
Figura 5.2: Balanço: reconhecimento do gasto com a aquisição de ferramentas..	70
Figura 5.3: Rácios: reconhecimento do gasto com a aquisição de ferramentas ...	70
Figura 5.4: Taxa de desconto para efeitos de apuramento do custo de desmantelamento.....	73
Figura 5.5: O impacto anual das Taxas de Desconto.....	74
Figura 5.6: Análise Gráfica das Diferentes Taxas.....	74
Figura 5.7: Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas: reconhecimento dos custos de desmantelamento e remoção do item no custo inicial do ativo fixo tangível	76

Figura 5.8: Balanço: reconhecimento dos custos de desmantelamento e remoção do item no custo inicial do ativo fixo tangível.....	77
Figura 5.9: Rácios: reconhecimento dos custos de desmantelamento e remoção do item no custo inicial do ativo fixo tangível.....	77
Figura 5.10: Anos de vida útil expressos no Anexo a Demonstração Financeiras.	78
Figura 5.11: Alteração da vida útil do ativo: Depreciações anuais.....	80
Figura 5.12: Demonstração de Resultados: Alteração da vida útil do ativo.....	80
Figura 5.13: Balanço: Alteração da vida útil do ativo.....	81
Figura 5.14: Rácios: Alteração da vida útil do ativo.....	81
Figura 5.15: Demonstração de Resultados: reconhecer o custo dos componentes, sobressalentes principais e equipamento de reserva.....	83
Figura 5.16: Balanço: reconhecer o custo dos componentes, sobressalentes principais e equipamento de reserva.....	83
Figura 5.17: Rácios: reconhecer o custo dos componentes, sobressalentes principais e equipamento de reserva.....	84
Figura 5.18: Demonstração de Resultados: Mensuração após o reconhecimento – Modelo do Custo e Modelo de Revalorização.....	86
Figura 5.19: Impacto comparativo dos Modelos.....	87
Figura 5.20: Balanço: Mensuração após o reconhecimento – Modelo do Custo e Modelo de Revalorização.....	88
Figura 5.21: Rácios: Mensuração após o reconhecimento – Modelo do Custo e Modelo de Revalorização.....	88

Figura 5.22: Tabela de Calculo dos Juros do empréstimo capitalizável diretamente no ativo fixo tangível.....	90
Figura 5.23: Demonstração de Resultados: Capitalizar ou não capitalizar o custo do empréstimo no custo do ativo.....	90
Figura 5.24: Demonstração de Resultados: Capitalizar ou não capitalizar o custo do empréstimo no custo do ativo.....	91
Figura 5.25: Rácios: Capitalizar ou não capitalizar o custo do empréstimo no custo do ativo.....	91
Figura 5.26: Quadro Resumo das Políticas Contabilísticas.....	92
Figura 5.27: Quadro valorizado das Políticas Contabilísticas por cenários.....	93
Figura 6.1: Quadro Síntese	95

LISTA DE ABREVIATURAS

CEE	Comunidade Económica Europeia
CIRC	Código do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
CNC	Comissão de Normalização Contabilística
DC.....	Diretriz Contabilística
DGCI	Direção Geral de Contribuições e Impostos
EC	Estrutura Conceptual
EFRAG	European Financial Reporting Advisory Group
IAS	International Accounting Standards
IASB	Internacional Accounting Standars Board
IFRS	International Financial Reporting Standards
JOCE	Jornal Oficial das Comunidades Europeias
NCRF	Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro
NCRF-PE.....	Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as Pequenas Entidades
NI	Normas Interpretativas
PGC	Plano Contabilístico Português
POC	Plano Oficial de Contabilidade
SNC	Sistema de Normalização Contabilística
UE	União Europeia

Capítulo 1. INTRODUÇÃO

1.1 - Definição do Tema ou Problema a Estudar

O processo de gestão é cada vez mais integrado, sendo a contabilidade fonte de informação, suporte à análise da situação financeira, económica e monetária das empresas. Importa que ela espelhe de forma verdadeira e fiável a imagem da entidade e que represente fidedignamente as transações e outros acontecimentos que tenha por fim representar, de acordo com a sua substância e realidade económica, pois é com base nela que múltiplos “stakeholders”, fundamentam as suas decisões.

O conjunto das demonstrações financeiras, que deve ser elaborado pelo órgão de gestão da empresa, segundo determina o parágrafo 11 da estrutura conceptual, Aviso nº15652/2009 de 7 de Setembro publicado no Diário da República 2º Série Nº173, será outorgado por critérios normativos específicos.

Em Portugal esses critérios normativos específicos são desde 2010 estabelecidos no Sistema de Normalização Contabilística, o qual refere no anexo ao Decreto-Lei n.º 158/2009, de 3 de Julho de 2009, no seu paragrafo 1.2., que o mesmo assenta mais em princípios do que em regras explícitas.

Para aplicarem coerentemente o normativo, os seus utilizadores são, por diversas vezes convidados a exercerem julgamentos, a fazerem “estimativas”, a tomarem decisões suportados em “juízos de valor” e a recorrerem ao seu próprio “bom senso”.

Alguns autores têm vindo a manifestar alguma apreensão na forma como o normativo é colocado em prática. A necessidade de julgamento e a complexidade implícita inerente às diferentes interpretações, traz alguma instabilidade ao sistema. Note-se que tomar decisões de acordo com a opinião ou sensibilidade de quem interpreta o normativo, sem que daí resulte qualquer fraude ou aplicação menos legal, conduz a relatos financeiros distintos, sobre uma mesma realidade.

É na busca da verdade legal que o bom senso deve imperar, que a razoabilidade e a sabedoria de quem avalia, deve exercer os seus juízos de valor.

Não se trata de questionar a legalidade dos atos, ou do relato presente nas demonstrações financeiras, porque se está consciente do profissionalismo ético que a todos assiste. Importa porém avaliar e quantificar os impactos das possíveis práticas de contabilização e consequentemente identificar as suas implicações para a gestão.

O presente trabalho tem por objetivo analisar a influência das normas contabilísticas e de relato financeiro, sobre a contabilidade de gestão das empresas.

Sendo objeto deste estudo, o impacto ao nível dos ativos fixos tangíveis.

1.2 - Relevância do Tema ou Problema

Dado o atual contexto económico, de uma crise sem precedentes, ficou evidenciada, a necessidade de zelo e de ética, de rigor e verdade no relato e na avaliação patrimonial de qualquer entidade, inclusive dos Estados.

É preciso reencontrar diretrizes, valorizar o que é positivo, aprender com os erros, alertar consciências, fazer um apelo para que no mundo dos negócios se alcance o sucesso, mas não a qualquer preço. Correr o risco de hipotecar o futuro é um preço demasiado caro que todos estamos atualmente a suportar.

O profissionalismo ético deve prevalecer não apenas no cumprimento legal ao nível fiscal e ou contabilístico mas também na veracidade do relato e da imagem verdadeira e apropriada que fundamenta a tomada de decisão e tem impacto direto sobre esta.

Parecer e ser nem sempre são convergentes.

É objetivo deste trabalho contribuir para o conhecimento das diferentes e possíveis práticas de contabilização dos ativos fixos tangíveis, bem como o

impacto das mesmas nas demonstrações financeiras e na tomada de decisões ao nível da gestão.

1.3 - Hipóteses a Testar

A visão subjetiva da realidade associada ao livre arbítrio de quem interpreta o normativo, conduz a um paradigma de investigação que se formula numa questão de estudo.

“A contabilização dos ativos fixos tangíveis de acordo com o SNC, trará ou não impactos para a gestão?”

O tratamento contabilístico para ativos fixos tangíveis é prescrito na norma contabilística e de relato financeiro 7. Importa avaliar o impacto dos principais aspetos a considerar na mensuração e reconhecimento dos ativos fixos tangíveis como sejam:

- a) O de reconhecer como gasto o custo das ferramentas, ou ao invés, reconhecer como um ativo fixo tangível;
- b) O de reconhecer como gasto o custo dos componentes, sobressalentes principais e equipamentos de reserva, ou ao invés, reconhecer no custo inicial dos ativos fixos tangíveis;
- c) O de reconhecer ou não, no custo inicial do ativo, os custos de desmantelamento;
- d) O de mensuração o ativo fixo tangível, ou pelo modelo de revalorização, ou pelo modelo do custo;
- e) Capitalizar ou não, ao custo do bem, o valor de empréstimos diretamente contraídos;
- f) Alterar ou não, a vida útil, dos ativos fixos tangíveis.

1.4 - Organização do Estudo e Resumo dos Capítulos Seguintes

O presente trabalho encontra-se organizado em cinco pontos fundamentais:

Primeiro é apresentado uma panorâmica geral sobre a temática, tendo em conta a literatura considerada relevante e que serviu de base à investigação, o segundo ponto fundamental é a apresentação da construção metodológica da investigação.

Terceiro ponto e quarto, analisam-se e discutem-se os dados através do confronto dos mesmos com o campo conceptual de estudo. Essa abordagem é feita em duas fases uma teórica e outra com base em dados reais duma empresa do sector de plásticos.

Quinto ponto do trabalho é reservado às conclusões, às recomendações, bem como as limitações e perspectivas de abordagem futura.

Capítulo 2. REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo procurar-se-á fazer um enquadramento teórico da temática.

2.1 - O Papel e Evolução da Contabilidade de Gestão

Dada a complexidade assumida pela contabilidade na sua interdisciplinaridade, esta tornou-se elemento essencial na prática da gestão.

A contabilidade é cada vez mais uma contabilidade para a gestão.

Poder-se-á falar em contabilidade para a gestão, quando vista como uma atividade que proporciona informação, geralmente quantitativa, expressa em unidades monetárias, para a tomada de decisões, planeamento, controlo das fontes e operações, avaliação do desempenho e relato financeiro aos diferentes agentes económicos com os quais se relaciona.

Acompanhando a realidade complexa que é o desenvolvimento económico e o progresso social, a contabilidade tem vindo a modificar-se ao longo dos tempos.

A sua evolução tem vindo a ocorrer tanto ao nível do seu objeto, ou seja naquilo de que ela trata, quer no seu método, quer mesmo ao nível dos seus instrumentos de trabalho. Também as próprias conceções da contabilidade evoluíram tornando-a dinâmica. Já foi considerada como uma arte, uma tecnologia ou uma ciência. Importa assim compreender a importância que a contabilidade tem vindo a desempenhar e a sua evolução.

São três os paradigmas que representam a evolução da contabilidade, segundo Alvarez citado por Cravo (1991:306).

O paradigma legalista, segundo este modelo a forma jurídica dos factos contabilísticos prevalece sobre a substância económica. A contabilidade tem como fundamental intuito suprir as limitações da memória humana, mediante um processo de classificação e registo que lhe permita recordar facilmente as

variações sucessivas de determinadas grandezas; servindo como meio de prova entre partes discordantes ou em litígio, tal como expressam Borges, Rodrigues e Rodrigues (2007:31). Este paradigma baseia-se na avaliação objetiva dos bens, direitos e obrigações, como refere Cravo (1991:306).

Segundo o paradigma económico a informação financeira, objeto produzido pela contabilidade, é tida como “verdade única”, “neutra” e “imparcial”. A preocupação é a “medição” do resultado e da situação patrimonial. O objetivo é dar informação e orientação sobre a realidade patrimonial. A contabilidade como ciência matemático-social, tem como referência dados quantitativos que regista e sobre os quais efetua cálculos por forma a representar de forma apropriada o património, D'Auria (1969:8).

Para o paradigma utilitarista a importância da contabilidade reside na sua capacidade de facultar informação aos seus diferentes utilizadores. O critério de relevância sobrepõe-se ao da verificabilidade e objetividade.

Diversas são as definições dadas a contabilidade.

Lopes Amorim (1968:36), apresentou a contabilidade como a ciência do equilíbrio patrimonial que tem por objeto o conhecimento do património de qualquer empresa ou entidade, no seu tríplice aspeto quantitativo, qualitativo e valorativo, em qualquer e em todo o momento da sua existência, com a facilidade de estabelecer ou permitir estabelecer, a análise da situação económica e financeira, social para racional orientação da sua gestão, em sentido lato.

Já Armindo Rocha (1991:36), definiu a contabilidade como a ciência do equilíbrio patrimonial, preocupando-se com todos os acontecimentos que a possam influenciar e por isso os identifica, seleciona, analisa e promove medidas, processos, avaliação e comunicação de dados, facilitando a tomada de decisões.

Atualmente a contabilidade é cada vez mais uma contabilidade de gestão.

2.2 - O sistema de normalização contabilística

2.2.1 - A Necessidade de Harmonização Contabilística a Nível Global

As fortes alterações na conjuntura económica e financeira como a liberalização do comércio e a globalização da economia, a internacionalização das empresas, a cada vez maior criação de subsidiárias, fusões, aquisições, empreendimentos conjuntos e alianças estratégicas, bem como a regionalização e globalização dos mercados financeiros e das bolsas de valores, o desenvolvimento de grandes espaços económicos, como a União Europeia, a Nafta, o Mercosul, o Sudoeste Asiático, levaram à necessidade de harmonização contabilística a nível global.

Um dos focos intensificadores da necessidade de harmonização contabilística a nível mundial reside na própria credibilidade da informação financeira no mundo global, tal como expressam Carlos Grenha, Domingos Cravo, Luís Baptista, Sérgio Pontes (2009:18 a 19).

É premente credibilizar a informação exprimindo-a numa linguagem que a todos seja comum; só assim é possível comparar empresas, reduzindo custos de reconversão da informação. Torná-la perceptível a um vasto leque de interessados.

João Rodrigues (2009:12), refere a necessidade de aproximar os sistemas de informação internos e externos para que se eliminem as diversas alternativas possíveis a nível da aplicação dos princípios contabilísticos

Com vista a definição de normas princípios e métodos que possam ser de aceitação generalizada, assistiu-se a uma maior e mais diversificada intervenção de organismos internacionais, nomeadamente o IASB Internacional Accounting Standars Board.

Estas normas internacionais de contabilidade, que entretanto têm evoluído para normas internacionais de relato financeiro, estão na prática a ter uma aceitação mundial, especialmente para o mercado de capitais, promovendo-se a harmonização contabilística global.

2.2.2 - Harmonização Contabilística na União Europeia

A adesão de Portugal à União Europeia em 1 de Janeiro de 1986, implicou alterações profundas na nossa legislação societária, na contabilidade e fiscalidade, uma vez que os Estados membros da União estão obrigados a incluir nos seus normativos nacionais as disposições das Diretivas Comunitárias.

No entanto as condições de natureza política vigentes ao longo de cerca de 25 anos, não permitiram a modernização das diretivas comunitárias, o que levou à sua desatualização face aos desenvolvimentos que entretanto ocorreram em matéria contabilística. A par deste fator a crescente pressão das empresas multinacionais, que se viam forçadas a elaborar as suas contas segundo vários normativos consoante cada país onde operavam ou tinham valores cotados suportando custos acrescidos, o facto de alguns países permitirem às suas empresas a adoção das International Accounting Standards (IAS), e a adoção no seio da União Europeia (UE) da moeda única (euro), levou esta a ponderar a sua política de harmonização contabilística.

A União Europeia ponderou inicialmente criar um organismo próprio para definir as regras contabilísticas, tendo no entanto abandonado tal possibilidade, por adoção como suas das normas contabilísticas de organismos especializados e de reconhecida qualidade. Analisou as normas emitidas pelo International Accounting Standards Board e pelo Financial Accounting Standards Board chegando a conclusão que as primeiras estavam mais próximas dos objetivos e necessidades dos Estados Membros.

Em Junho de 2001, foi criado o *European Financial Reporting Advisory Group (EFRAG)*, órgão de cariz técnico, cujo objetivo é o de assessorar a Comissão na apreciação das Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS), participando ativamente nos trabalhos desenvolvidos pelo International Accounting Standards.

Nota para o facto de as normas emitidas pelo International Accounting Standards não serem automaticamente aceites pela UE, deverão ser endossadas através da intervenção do Comité de Regulamentação Contabilística sendo posteriormente

publicadas no Jornal Oficial das Comunidades Europeias (JOCE) emitido pela Comissão.

Em 19 de Julho de 2002, a União Europeia emitiu o Regulamento (CE) nº1606/2002, obrigando os grupos de empresas cotados a apresentar as suas demonstrações financeiras de acordo com as IAS/IFRS, a partir de 1 de Janeiro de 2005, deixando aos Estados-membros a decisão de permitir a adoção das IAS/IFRS, noutros casos.

2.2.3 - A Normalização Nacional até ao Sistema de Normalização Contabilística

Importa fazer uma breve abordagem à evolução do normativo contabilístico nacional, quais os principais eventos no desenvolvimento da regulamentação contabilística portuguesa.

Fazendo uma resenha histórica da normalização contabilística em Portugal, importa referir a importância que a regulamentação fiscal teve no desenvolvimento da contabilidade e que ainda hoje se torna fator determinante na tomada de decisões, segundo Ferreira R. (1984:39)

“Com o aparecimento da reforma fiscal da década de 1960, mais vivamente se suscitou a necessidade de remodelação das contabilidades das empresas portuguesas, as quais, até então, tinham a maior liberdade na organização e elaboração das suas contas e na preparação dos seus balanços e demonstrações de resultados. Por isso, não se estranhava a grande diversidade terminológica, o mau uso de certos termos, a variedade de critérios de cálculo e de procedimentos contabilísticos.”

Poder-se-á resumir a evolução da normalização contabilística em Portugal, da seguinte forma:

O período antes 1976, correspondente a uma liberdade na organização e elaboração das contas das entidades. Surgem no entanto diversos trabalhos teóricos, desenvolvidos por alguns especialistas, individualmente ou em grupo alertando para a necessidade de criação de um referencial comum capaz de uniformizar critérios, princípios e metodologias. São disso exemplo algumas teses de doutoramento, nomeadamente “ A unificação dos Balanços” em 1932 da autoria de Polybio Artur dos Santos Garcia que foi a primeira obra elaborada em Portugal e a primeira sobre um tema relacionado com a normalização contabilística, onde o autor dá relevância as qualidades que as contas públicas deveriam ter: exatidão, sinceridade, clareza, detalhe e visão de conjunto. Outro trabalho desenvolvido sobre a temática foi o “ Ensaio sobre um Planeamento Contabilístico Racional” em 1956, de Caetano Léglise da Cruz Vidal, na qual o autor salientava, a importância da contabilidade como técnica suporte face a tomada decisões de carácter económico. A nível coletivo importa mencionar o impulso dado pela Comissão de Contabilidade e estatística do Centro de Organização de Escritórios do Sindicato Nacional dos Empregados de Escritório do Distrito de Lisboa, que em 1964 apresentaram o estudo mais antigo sobre a normalização contabilística em Portugal o “Plano Geral de Contabilidade: Projeto-Contribuição para o Plano Contabilístico Português (PGC)”, onde os autores defendiam a importância da organização das contas segundo o seu grau de exigibilidade ou liquidez sugerindo que as contas, no plano deveriam ser apresentadas por ordem crescente de grandeza.

Já em 1970 viriam os mesmos a propor que “Plano de Contabilidade Nacional para a Empresa”, destinado a todas as empresas incluindo a Administração Pública, fosse estruturado de forma a garantir a sua simplicidade e praticabilidade e capaz de dar resposta aos problemas da então conjuntura económica. Apresentavam quatro modelos de balanço: de situação, sintético, económico e financeiro. Refira-se também os contributos do Ministério das Finanças, através da Direção Geral das Contribuições e Impostos, intitulado “Plano Geral de Contabilidade - Anteprojecto - 1.ª Fase”, 1970-1973. É com base no resultado

contabilístico que se faz apuramento do lucro tributável sendo necessário para o seu correto apuramento que se adotem as normas contabilísticas adequadas (pressuposto sustentado no artigo 22 do Código de Contribuição Industrial e ainda presente no Artigo 17 do CIRC).

No ano de 1977, ocorre a criação da Comissão de Normalização, instituição de interesse público que tem atualmente como missão “Contribuir para a melhoria da qualidade da informação financeira” e objetivo principal a “ emissão de normas e o estabelecimento de procedimentos contabilísticos, harmonizados com as normas comunitárias e internacionais da mesma natureza”. Também nesse ano, foi aprovado e colocado em vigor o primeiro Plano Oficial de Contabilidade (POC), através do Decreto-Lei 47/77 de 27 de Fevereiro.

Relativamente a Comissão de Normalização Contabilística (CNC), remetia para uma futura portaria a designação dos seus membros.

No ano de 1985, com a perspectiva já firmada da adesão de Portugal ao Mercado Único, a Comissão de Normalização Contabilística (CNC) iniciava os trabalhos preparatórios para a revisão do plano, no sentido de o adaptar às exigências das diretivas comunitárias sobre as contas anuais de determinadas formas de sociedade.

Em 1987, foi iniciada a divulgação das Normas Interpretativas no sentido de aclarar e aperfeiçoar determinados aspetos do plano, bem como questões nele não tratado. Sendo publicada a Portaria 262/87, que revogava a Portaria 819/80, redefinindo as atribuições, organização e funcionamento da Comissão de Normalização Contabilística.

Só em 21 de Novembro de 1989, satisfazendo os requisitos decorrentes da admissão de Portugal na então Comunidade Económica Europeia (CEE), é que seria publicado o revisto Plano Oficial de Contabilidade (POC), que transpôs para o normativo nacional a 4ª Diretiva. O mesmo diploma mantinha em funções a CNC.

Em 1991, o POC viria a sofrer uma alteração importante, com vista a introduzir as normas relativas à consolidação de contas, constantes de uma diretiva comunitária específica, a 7ª Diretiva (Decreto-Lei 238/91, de 2 de Julho). Nesse ano seria iniciada a emissão de Diretrizes Contabilísticas, com vista a substituir as Normas Interpretativas do anterior plano, e ao mesmo tempo era tratada de uma forma mais flexível e simplificada as matérias não contempladas no POC.

Já em 1993, seria emitida uma diretiva contabilística (DC14) que dava em Portugal, consistência legal a uma nova demonstração financeira – a demonstração dos fluxos de caixa.

No ano de 1996, foi emitida uma diretiva contabilística (DC18) cujo intuito foi o de definir a hierarquia dos princípios contabilísticos geralmente aceites aplicáveis em Portugal.

Em 1997, foi revisto o formato e os conceitos subjacentes à demonstração dos resultados por funções.

No ano de 1999, o Decreto-Lei n.º 367/99, de 18 de Setembro, instituía os moldes em que viria a ser atualizada a organização da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), prevendo-se a sua reorganização após três anos; a partir desse ano as diretrizes contabilísticas passaram a ter efeito obrigatório.

Em 13 de Julho de 2009, o Decreto-Lei n.º 158/2009, aprova o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e revoga o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e legislação complementar.

No DR nº173, Série II de 07 de Setembro são emitidos os seguintes Avisos

- Aviso nº15652 - Estrutura Conceptual (EC)
- Aviso nº15653 - Normas Interpretativas (NI)
- Aviso nº15654 - NCRF-PE

- Aviso nº15655 – NCRF

No DR nº173, Série I de 07 de Setembro são emitidos os seguintes Avisos

- Portaria nº986 – Modelo das DF's
- Portaria nº1011 – Código de Contas

Na mesma data o Decreto-Lei n.º 158/2009, aprova as “Alterações ao Código do IRC”.

O Decreto-Lei n.º 160/2009, de 13 de Julho, procedeu a um ajustamento da CNC de modo a modernizá-la, simplificando e flexibilizando os seus processos de atuação e adequando-a às novas competências que lhe são atribuídas, na sequência da aprovação do Sistema de Normalização Contabilística.

No seu Artigo 4 são definidas as atribuições da CNC

Refere o paragrafo 1 que “São atribuições da CNC, no domínio da emissão e harmonização das normas contabilísticas:

- a) Apresentar ao Governo propostas de alteração ao SNC;
- b) Emitir normas contabilísticas e normas interpretativas, que sejam, nos termos do SNC, de efeito obrigatório;
- c) Participar nas instâncias comunitárias e internacionais que se dediquem à normalização contabilística e nas reuniões promovidas pelas mesmas, de forma direta ou em representação do Estado Português;
- d) Cooperar na área da normalização contabilística com outras entidades nacionais ou internacionais que detenham atribuições nesse âmbito;
- e) Promover a divulgação das normas contabilísticas através de publicações e por outros meios, designadamente em congressos, colóquios ou outras atividades de natureza semelhante;

- f) Promover os estudos tendentes à adoção de conceitos, princípios e procedimentos contabilísticos que devam considerar-se de aplicação geral;
- g) Dar parecer sobre projetos de normas contabilísticas a emitir por outras entidades;
- h) Dar parecer sobre projetos de planos ou normas de âmbito sectorial elaborados por outras entidades;
- i) Pronunciar-se sobre disposições de natureza contabilística constantes de projetos de diplomas legislativos, sempre que seja solicitado o respetivo parecer;
- j) Responder, nos termos e condições fixados por regulamento interno, a consultas relativas à aplicação ou interpretação do SNC, quando para tal for consultada.”

O 2.º parágrafo do referido artigo determina que “ No domínio da regulação e do controlo da aplicação das normas contabilísticas, a CNC deve desenvolver as ações necessárias para que as normas contabilísticas sejam efetiva e adequadamente aplicadas pelas entidades a elas sujeitas, designadamente:

- a) Através de ações de verificação levada a efeito por sua iniciativa; ou
- b) Mediante procedimentos de arbitragem.

No parágrafo 3.º no que concerne a sua missão refere que “ a CNC pode consultar os organismos, sociedades e outras entidades interessados pelos seus trabalhos. “

No domínio da regulação e do controlo da aplicação das normas contabilísticas, a CNC deve desenvolver as ações necessárias para que as normas contabilísticas sejam efetiva e adequadamente aplicadas pelas entidades a elas sujeitas, designadamente:

- a) Através de ações de verificação levadas a efeito por sua iniciativa;
- b) Mediante procedimentos de arbitragem

Podendo aplicar, em caso de ilícitos de mera ordenação, coimas que variam entre 500€ e 15.000€, desses montantes reverterão 60% para o Estado e os restantes 40% para a CNC.

São considerados ilícitos:

- a) Não aplicação das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF)
- b) Supressões de lacunas de modo diverso do aí previsto, desde que tais práticas distorçam as demonstrações financeiras individuais ou consolidadas
- c) Falta de apresentação de demonstrações financeiras obrigatórias

2.3 - Características do Sistema de Normalização Contabilística

Com este sistema, assiste-se a um novo paradigma ao nível da informação financeira: ocorre uma mudança de filosofia de base no reporte de informação financeira.

Com o sistema de normalização contabilística, passa a existir uma estrutura conceptual onde passa a estar definido um conjunto de conceitos que fundamentam todo o sistema de normalização contabilística. Passa a existir um conjunto de princípios e normas que prevalecem à construção das demonstrações financeiras, as quais visam proporcionar informação acerca da posição financeira.

É um sistema, mais baseado em princípios que em regras, seguindo uma corrente que visa conceber um sistema de relato de informação que seja abrangente, flexível e necessariamente, responsabilizador.

“Passam a utilizar-se na contabilidade, procedimentos inovadores, designadamente a utilização de justos valores e de valores reais atuais, maior patrimonialização de intangíveis, mais ajustamentos em capital próprio, mensurações de "imparidades", de impostos diferidos, de obrigações (dívidas) ditas construtivas, de novos instrumentos financeiros.” (Ferreira, 2010:54)

A ética e a responsabilidade económico-social têm um papel fundamental na credibilidade da informação financeira.

Cravo D.J. (2010), alerta para o facto de a contabilidade não ser composta por uma verdade imudável à espera de ser descoberta, mas depender de muitos e variados fatores, dos quais salienta a *”qualidade do juízo profissional dos atores que têm intervenção no processo de preparação da informação financeira”*.

António Lopes de Sá, em texto de opinião disponível no seu blog intitulado *“Fraudes Contábeis e Normas e Males Sociais”* alerta para o perigo da falta de ética e profissionalismo a par de normativos ambíguos e pouco esclarecidos

“A fraude, o embuste, o tratamento desleal, de forma geral existe no exercício de todas as profissões, mas, é deveras preocupante quando os procedimentos que podem ensejar tais coisas originam-se de normas oficialmente reconhecidas, textos legais e resoluções de entidades governamentais.”

Diversos debates e controvérsias têm vindo a público quer em artigos da especialidade quer em conferências. Têm sido expostos alguns receios relativamente a possíveis excessos e a práticas de algumas desadequações que poderão conduzir à inverdade do relato financeiro.

2.4 - A contabilidade e a fiscalidade. O seu impacto nas demonstrações financeiras

Existem algumas correntes que defendem que existe uma forte preponderância de critérios fiscais na elaboração das demonstrações financeiras em detrimento da contabilidade de gestão.

Moreira (2010), refere que em média, a fraca qualificação académica e financeira dos empresários-gestores das Pequenas e Médias Empresas, os quais serão os responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras segundo o que

determina o normativo, contribui para que prevaleçam na elaboração da contabilidade, critérios fiscais em detrimento de critérios económicos. Justifica-se tal atitude pelo facto de ser solicitado às empresas que produzam informação financeira que sirva de base à estimação do imposto sobre o rendimento a pagar. O autor refere que as demonstrações financeiras tendem a espelhar não o real valor patrimonial da entidade mas que estas se traduzem em demonstrações fiscais, visando assim limitar qualquer incómodo de efetuarem correções ao resultado contabilístico aquando da elaboração da declaração de rendimentos. Também outro aspeto a ter em conta é o de que os empresários atuam no sentido de minimizar o imposto a pagar, por via da utilização da flexibilidade das normas contabilísticas, sem que neste contexto legislativo incorram em qualquer preceito menos legal.

Para Ferreira (2010), foi objetivo dos profissionais responsáveis pela missão da normalização internacional da contabilidade, eleger a contabilidade a novos patamares, a contabilidade deverá ser capaz de mostrar o valor da empresa, o seu património. Refere no entanto o autor que, os valores correspondentes a estimações de rendimentos, que se admitam de possível obtenção no futuro, são algo controversos.

2.5 - As diversas práticas contabilísticas ao nível dos ativos fixos tangíveis

Importa questionar quais as práticas contabilísticas ao nível dos ativos fixos tangíveis presentes no normativo, para que se pondere do seu real impacto ao nível da gestão.

2.5.1 - Definição de ativos fixos tangíveis

Primeira questão que se coloca é a de se reconhecer ou não, como ativo fixo tangível, um determinado item.

A este propósito Ferreira R.F (2010) alerta que será ativo apenas aquele item que *“é recurso controlado pela empresa, em resultado de acontecimentos passados de que se espera obter benefícios económicos futuros”*, o que desde logo acarreta dificuldades acrescidas aos peritos de contabilidade pois ser-lhes-á pedido que valorizem ao valor real atual os itens do ativo e isso implica necessariamente a elaboração de cálculos estimados de valores futuros à data de referência. *“Importa acentuar que, assim, se caminha para forte subjetivismo, e entra-se no advinhatório.”*

O próprio normativo contextualiza a subjetividade inerente à definição, no parágrafo 83 da Estrutura Conceptual menciona:

“ O conceito de probabilidade é usado nos critérios de reconhecimento para referir o grau de incerteza em que os benefícios económicos futuros associados ao item fluirão para, ou de, a entidade.”

E no parágrafo 9 da NCRF7, refere

“ Esta Norma não prescreve a unidade de medida para reconhecimento, i.e. aquilo que constitui um item do ativo fixo tangível.”

“...é necessário exercer juízos de valor ao aplicar os critérios de reconhecimento às circunstâncias específicas de uma entidade.”

Pessoas diferentes opinam diferentemente, é possível que para idênticos itens se possam apurar e relatar valores divergentes.

2.5.2 - Reconhecer o custo das ferramentas

Relativamente às ferramentas refere a NCRF7 no parágrafo 9 que,

“...é necessário exercer juízos de valor ao aplicar os critérios de reconhecimento às circunstâncias específicas de uma entidade. Pode ser apropriado agregar itens individualmente insignificantes, como moldes, ferramentas e bases, e aplicar os critérios ao valor agregado.”

Sendo assim a questão de fundo é o grau de certeza de que os benefícios económicos futuros para a entidade possam fluir para própria para além do período contabilístico corrente, a fim de justificar o reconhecimento como ativo.

Daria como nota final o que refere Ferreira (2010)

“As experiências de vida e de profissão têm-nos conduzido a concluir que, em geral, não são os sistemas ideados que falham, mas, sim, as pessoas a quem são conferidas as responsabilidades de os pôr em andamento ou de os executar.”

Importa para a própria credibilidade da informação que impere a verdade da imagem fidedigna da informação contida nas demonstrações financeiras.

2.5.3 - Reconhecer os custos de desmantelamento

Outra questão que se coloca é a de determinar quais os custos que se devem reconhecer aquando da mensuração inicial. A estimativa inicial dos custos de desmantelamento assenta igualmente numa previsão o que acarreta desde logo um elevado subjetivismo no sentido de uma enganosa simulação. Relativamente aos custos das obrigações de desmantelamento, remoção e restauração do local onde um item do ativo fixo tangível esteja localizado e que sejam incorridos durante determinado período como consequência de se ter usado esse ativo fixo tangível para produzir inventários durante esse período, ter-se-á que aplicar o que determina a NCRF18-Inventários, bem como a NCRF21-Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, em combinação com a NCRF7. Como determina a NCRF 21, deverá ser reconhecida uma provisão se existir uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado e desde que seja provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos, seja necessário para liquidar a obrigação e desde que possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação. Assim, os custos do

desmantelamento no final do período devem ser estimados de acordo com a melhor estimativa.

Entende-se a necessidade de extrapolar valores futuros com reflexão no imediato para que possa existir equilíbrio entre gastos e benefícios económicos, Rodrigues J. (2009:545).

O método estatístico do valor esperado é aceite pela norma (NCRF21) como o método mais adequado quando a provisão a ser mensurada envolva uma grande população de itens sendo a obrigação estimada, ponderando todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas, refere a norma no parágrafo 39 e no parágrafo 40.

Com base no texto do autor Bernstein P. (1997), apresentado na cadeira de Sistemas Decisionais /Teoria dos Jogos do Mestrado em Gestão Empresarial em 2009, *Against the Gods – Desafio aos Deuses: A fascinante História do Risco*, ocorre transcrever parte do texto

“ Enquanto a teoria das probabilidades estabelece as opções, surge a necessidade de definir as motivações das pessoas que optam. (...) Este processo subjetivo produzirá tantas respostas quantos os seres humanos envolvidos.

Ela requer que uma pessoa racional seja capaz de medir a utilidade sob todas as circunstâncias, de fazer opções e tomar decisões.

(...) Onde termina a arte de pensar – a análise objetiva- e começa a arte da conjectura ou da estimativa.

(...) Incerteza significa probabilidades desconhecidas “algo é incerto quando a nossa informação está correta e um facto deixa de ocorrer ou quando a nossa informação é incorreta e um facto ocorre.”

(...) A vida é uma coleção de semelhanças e não de identidades, nenhuma observação individual é um exemplo perfeito da generalidade.”

O raciocínio a priori não consegue eliminar a indeterminação do futuro.

“A predominância da surpresa no mundo dos negócios indica que a incerteza tende mais a prevalecer do que a probabilidade matemática.”

A metodologia de cálculo apontado pela norma pressupõe a realização de uma série de tentativas ponderadas que nos aproxima da incerteza e da subjetividade inerente a julgamentos e a opções estimadas com base no passado.

Refere ainda a norma que para efeitos do cálculo dever-se-á ter em conta a taxa de desconto (NCRF21 parágrafo 47).

O que significa que o que se pretende no cálculo da taxa de desconto é ter em conta os valores de mercado do capital próprio e o valor de mercado do capital alheio e não os valores contabilísticos. Contudo como a maioria das empresas não é cotada em bolsa, não existe, frequentemente, um valor de mercado para o capital próprio o que para a generalidade das empresas será de difícil aplicação. A opção passará por determinar a taxa de custo do capital alheio do último financiamento obtido pela entidade e compará-lo com a taxa de mercado presente para empréstimos com a mesma duração. Assim por diferença será determinado o prémio pago pela entidade, Rocha (2010).

2.5.4 - A vida útil, dos ativos fixos tangíveis

Como forma de cumprimento dos pressupostos do normativo, NCRF 7 parágrafo 61, importará ter em conta a vida útil remanescente dos ativos, as suas características físicas e, essencialmente, o modelo esperado de consumo dos futuros benefícios económicos associados a esse ativo. Quaisquer ajustamentos fiscais deverão ser tidos em conta no cálculo do resultado líquido do exercício via imposto estimado de acordo com NCRF 4.

A alteração da vida útil, trata-se de uma alteração de estimativas cujo tratamento é preconizado na NCRF4 parágrafo 29. Prever o futuro no presente é algo de difícil tratamento.

Como refere Rodrigues J.(2010),

“Não é possível, a nenhum humano, conhecer o conteúdo real da diversidade de informações assentes em opções a partir de critérios cada vez mais problemáticos, fixados em valorimetrias (ditas a justo valor ou a valor real atual), sujeitos a imparidades, amortizações, provisões, ajustamentos de capital próprio. Estas matérias assentam em estudos e juízos técnicos de complexidade extrema.”

2.5.5 - O método de depreciação escolhido

Rodrigues J. (2009:14) referia a prática recorrente de redução de carga fiscal por parte das empresas por via nomeadamente da adoção de depreciações pelos valores máximos fiscalmente aceites; quando as entidades pretendiam resultados mais favoráveis adotavam as taxas mínimas, também estas fiscalmente aceites.

Segundo o normativo as entidades “deverão”, termo isento de obrigatoriedade, para efeitos de depreciação ter em conta, no final de cada exercício, quaisquer alterações no modelo de consumo dos benefícios económicos futuros ainda que possam vir a não ser aceites fiscalmente. Note-se que, em caso de razões devidamente justificadas e aceites pela DGCI, estas depreciações podem ser fiscalmente aceites.

O Decreto Regulamentar 25/2009 vem permitir que a dedutibilidade fiscal das depreciações e amortizações deixe de estar dependente da respetiva contabilização como gasto no mesmo período de tributação, passando a permitir que as mesmas sejam também aceites quando tenham sido contabilizadas como gastos nos períodos de tributação anteriores, desde que, naturalmente, não tenham sido dedutíveis por excederem as quotas máximas admitidas.

Relativamente aos métodos propriamente ditos, quer o referido Decreto Regulamentar quer o CIRC nº1,2 e 3 do Artigo 30, determinam que caso não sejam ultrapassadas quotas anuais de depreciação superiores às que se obteriam pela aplicação da taxa máxima dos métodos de quotas constantes (ou linha reta) ou quotas decrescentes, não é necessário recorrer a reconhecimento prévio da Direção Geral de Contribuições e Impostos (DGCI). Caso a natureza do deprecimento ou atividade económica do sujeito passivo o justifique poderá ser mediante requerimento a DGCI, solicitado a aplicação de métodos de depreciação diferentes.

Segundo o método das quotas constantes ou linha reta a depreciação resulta num débito constante durante a vida útil do ativo.

Pelo método das quotas decrescentes, a depreciação resulta num débito decrescente durante a vida útil do ativo. O que significa que nos primeiros anos existem maiores encargos com depreciações e um menor encargo nos últimos anos.

Rodrigues J. (2009:549), alerta que em Portugal o facto das autoridades fiscais permitirem a utilização deste método tem vindo a originar a sobreavaliação das depreciações dos bens.

2.5.6 - Reconhecer o custo dos componentes, sobressalentes principais e equipamentos de reserva

Quanto a aquisição de sobressalentes e equipamentos há que, em primeiro lugar, avaliar se se tratam de sobressalentes e equipamentos de serviço ou se se tratam de sobressalentes principais e equipamentos de reserva, porque o tratamento é diferente. Os sobressalentes e equipamentos de serviço são geralmente escriturados como inventários e reconhecidos nos resultados quando consumidos. Se utilizados em ligação com um item do ativo fixo tangível, serão contabilizados como ativo fixo tangível. Os sobressalentes principais e equipamentos de reserva

também se classificam como ativos fixos tangíveis se a entidade esperar usá-los durante mais do que um período (parágrafo 8 da NCRF 7).

Rodrigues J. (2009:545), refere a importância do aumento ou não do desempenho do item comparativamente ao nível de desempenho original, pois é a partir desse padrão que se determina se se trata de um gasto de manutenção ou se contabiliza como um ativo fixo tangível. Deverão ser capitalizados, integrando o valor do bem, as grandes reparações que originem aumento dos benefícios económicos futuros. Pequenas peças, custos de mão-de-obra e consumíveis serão reconhecidos nos resultados, como determina o parágrafo 13 da NCRF7.

Se os critérios de reconhecimento forem cumpridos, então peças de substituição e inspeções importantes efetuadas terão os seus custos reconhecidos na quantia escriturada do item, sendo de desreconhecer qualquer quantia remanescente escriturada da inspeção anterior (distinta das peças físicas), podendo neste caso ser utilizado se necessário, o custo estimado de uma futura inspeção.

Ferreira R.F (2010), alerta para diversos problemas inerentes a estimativas futuras *“conceber como atual o futuro é metamorfosear em atual algo que não o é.”*

2.5.7 - Orientação para o Justo valor: Modelo da revalorização ou Modelo do Custo

Uma das questões que mais polémica gerou durante a discussão pública do Sistema de Normalização Contabilística foi o impacto (negativo) do uso do método do justo valor na qualidade da informação financeira. Debatia-se então a abertura que seria concedida a eventuais manipulações dos resultados e outras variáveis por essa via.

A questão central era a credibilidade e a imagem fidedigna da informação contida nas demonstrações financeiras.

Caso haja mercado de itens idênticos, a informação proporcionada é plausível, tendo em conta que irá refletir as reais tendências do mercado expresso de forma objetiva, verificável e fiável facultando, pela mensuração dos itens ao seu justo valor, a comparabilidade entre empresas. No entanto caso se recorra, pela inexistência desse mercado aberto, às múltiplas técnicas de avaliação baseada em expectativas, fica inviabilizada uma comparação no tempo e entre entidades. Ficar-se-á à mercê de avaliadores que ainda que emitam avaliações com base em normativos específicos (nomeadamente as *International Valuation Guidance*, as *International Valuation Application* e as *International Valuation Standards*), irão conferir um elevado grau de subjetivismo aos resultados.

Guimarães (2000) alertava para o subjetivismo inerente ao critério do justo valor em contraposição ao objetivismo inerente ao do custo histórico e do efeito sobre as demonstrações financeiras, as quais em última análise poderão vir a apresentar valores subjetivos que não expressam uma imagem verdadeira capaz de deturpar as decisões de gestão dos seus utilizadores.

António Lopes de Sá foi um dos autores mais críticos aquando da adoção das normas internacionais de contabilidade, na revista SNC especial de Janeiro de 2010 alertava mais uma vez para a adoção do justo valor e referia que na base das crises financeiras estava em grande medida a má qualidade didática das normas, o afastamento do regime objetivo da ciência e argumentava que estavam criados grandes vícios que promoviam alterações no apuramento dos resultados.

Dada a polémica inicial, foram realizados estudos, havendo fortes expectativas, de que a possibilidade aberta pelo SNC de uso do método do justo valor não venha a alterar o comportamento contabilístico se daí resultar custos de produção da informação.

Uma dessas análises estatísticas foi elaborada na sequência da adoção em 2005 do normativo IAS/IFRS do IASB (*International Accounting Standards Board*). Nesta análise avaliaram-se as escolhas contabilísticas no que se refere ao justo valor de um grupo de empresas PSI 20 (Portuguese stock Index 20) em 2008.

Concluiu-se que há uma deliberada opção pelas soluções gerais propostas no normativo e, sempre que possível, pela não adoção do justo valor, e isto por duas razões principais: a primeira razão é a não existência de um mercado dinâmico para obtenção de estimativas do justo valor, o que acarreta para as empresas custos acrescidos pois estas são forçadas a recorrer aos serviços de técnicos avalistas para essa valorização. A segunda razão é que fiscalmente a mensuração ao justo valor dos ativos não é aceite o que acresce incómodos na preparação da informação fiscal (Moreira, 2010).

A qualidade da informação financeira foi já objeto de estudo, Fernandes (2007). Utilizou uma amostra constituída por empresas portuguesas e espanholas cotadas e chegou à conclusão que devido ao maior volume de divulgação de informação a que as empresas que adotaram as IAS/IFRS estão sujeitas, haverá diminuição da manipulação dos resultados e que a evidência empírica recolhida aponta no sentido de não existir alteração no nível de manipulação dos resultados.

O estudo de Morais e Curto (2008) que se debruça sobre as empresas cotadas em bolsa em Portugal que adotaram as IAS/IFRS, vai no sentido de uma redução de quaisquer manipulações nos resultados após adoção das normas internacionais.

Também Lopes e Viana (2008) utilizando uma metodologia baseada na comparação do nível de conservantismo presente na informação financeira compara o POC com a aplicação do normativo IAS/IFRS. Concluíram que o nível de conservantismo é menor com a aplicação do normativo, o que vai no sentido de um aumento da qualidade da informação.

Capítulo 3. METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

Este item descreve a metodologia adotada no presente estudo.

Para Fernandes (1995: 146), “Todo o trabalho de recolha, observação, análise, sistematização e explicação dos fenómenos obedece a uma certa orientação (perspetiva de investigação), recorre a diversos meios (métodos e técnica), e respeita determinados padrões (regras de elaboração e apresentação).”

O primeiro ponto de partida a esta investigação foi eleger o seu objeto de estudo.

Pretendia-se que o estudo, tivesse interesse científico e que fosse relevante e pertinente na área da gestão. Que de alguma forma contribuísse para alertar consciências e fosse suporte a tomada de decisão de vários utentes da informação a disponibilizar.

Tendo a perceção de que se vive um período, em que a legitimidade da informação contabilística suporte a tomada de decisões ao nível da gestão, passou a ser altamente questionada, por inerência se conclui que as decisões tomadas ao nível da gestão, também o são.

Na verdade, a crise económica e financeira, que caracteriza atualmente os mercados, tornou evidente a própria crise de princípios e valores. Conscientes desta realidade, diversos organismos internacionais, sentiram a necessidade de intervir na regulamentação contabilística procurando a harmonização a nível mundial.

Portugal acompanhando estas alterações, no início de 2010 adota um novo normativo, o sistema de normalização contabilístico (SNC).

No entanto uma das características deste normativo é o de se reger mais por princípios do que por regras. O que desde logo confere um alto grau de subjetividade.

A informação disponibilizada aos seus usuários, suporte da tomada de decisões ao nível da gestão, assenta em fundamentos que apelam a juízos de valor ao bom senso e atribuem o livre arbítrio na escolha das políticas contabilísticas.

Sendo assim elegeu-se como objeto de estudo o próprio normativo na sua norma contabilística e de relato financeiro 7 – ativos fixos tangíveis, tendo por alcance, uma questão que fundamenta todo o trabalho de investigação sendo o seu objetivo principal, concluir, se:

“A contabilização dos ativos fixos tangíveis de acordo com o SNC, trará ou não impactos para a gestão?”

Após se ter definido qual seria o propósito da investigação, importava identificar as diversas hipóteses possíveis de contabilização, definidas no normativo, relativo aos ativos fixos tangíveis.

Hipóteses essas que teriam obrigatoriamente que estabelecer relações causa/efeito entre as variáveis de estudo.

Para investigar o problema proposto foram formuladas as seguintes hipóteses:

1- Reconhecer o custo das ferramentas

H1.1 – Como gasto do exercício

H1.2- Como ativo fixo tangível

2 - Reconhecer os custos de desmantelamento

H2.1 – Como gasto do exercício

H2.2- Como ativo fixo tangível

3- A vida útil, dos ativos fixos tangíveis

H3.1- Não será alterada

H3.2 - Será alterada

4- Reconhecer o custo dos componentes, sobressalentes principais e equipamentos de reserva

H4.1 – Como ativo fixo tangível

H4.2- Como gasto do exercício

5- Mensuração do ativo fixo tangível

H5.1- Pelo modelo do custo

H5.2 - Pelo modelo de revalorização

6- O valor de empréstimos diretamente contraídos

H6.1 - Não são capitalizados no custo do ativo

H6.2 – São capitalizado no custo do ativo

Elegeram-se as variáveis que para o objecto de estudo e perante as hipóteses em análise seriam observáveis e testáveis. Só assim se garantia que o problema em estudo seria testável cientificamente.

As variáveis de estudo eleitas são as que se mencionam em seguida:

Resultado Líquido, é um resultado de natureza financeira que traduz a *performance* económico-financieira de uma determinada empresa ou entidade durante um determinado período de tempo. O resultado líquido do exercício corresponde à soma de todos rendimentos deduzidos de todos os gastos de um dado período.

Ativo, mensuração da posição financeira dos recursos controlados pela entidade como resultado de acontecimentos passados e dos quais se espera que fluam para a entidade benefícios económicos futuros

Passivo, mensuração da posição financeira, relativa a todas as obrigações presentes da entidade proveniente de acontecimentos passados, da liquidação da qual se espera que reulte um exfluxo de recursos da entidade incorporando benefícios económicos

Capital Próprio, mensuração da posição financeira, do interesse residual nos activos da entidade depois de deduzir todos os seus passivos

Autonomia Financeira, Rácio que traduz a percentagem do activo que está a ser financiada pelos capitais próprios da entidade, sendo obtido através da seguinte expressão de cálculo:

$$\text{Autonomia Financeira} = \text{Capital Próprio} / \text{Activo}$$

A abrangência deste indicador é vasta. As instituições financeiras, o Estado ou o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, utilizam este indicador na apreciação e medição do risco de crédito dos seus clientes.

Rendibilidade dos capitais próprios, indica o grau do desempenho dos capitais investidos na empresa, sendo obtido através da seguinte expressão de cálculo

$$\begin{aligned} &\text{Rendibilidade dos capitais próprios} \\ &= \text{Resultado líquido do período} / \text{Capital próprio} \end{aligned}$$

A rentabilidade dos capitais próprios determina a sobrevivência financeira da empresa a longo prazo e a atração de capitais, quer próprios quer alheios.

As variáveis serão testadas na respetiva: ordem de grandeza, ou seja, nos testes a realizar por extrapolação, perante os possíveis casos hipotéticos, serão analisados os impactos ao nível do aumento ou da redução do montante das variáveis.

Dito de outra forma serão feitas inferências sobre as relações entre variáveis em observação direta, a partir da variação concomitante entre as variáveis. Procurar-se-á observar os efeitos que a variável produz no objeto de estudo em condições determinadas.

Este método foi aplicado a uma empresa concreta exemplificando todas as situações decorrentes das interpretações que possam existir sobre os ativos fixo tangíveis.

Conclui-se o presente trabalho com a apresentação aprofundada e a discussão dos resultados.

Capítulo 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente trabalho tem por objetivo principal, concluir, se:

“A contabilização dos ativos fixos tangíveis de acordo com o SNC, trará ou não impactos para a gestão?”

Formuladas as diversas hipóteses, referenciadas na metodologia da investigação, importa neste capítulo estudar o comportamento das variáveis em análise, a fim de se obter uma resposta ao tema em abordagem.

4.1 - Como reconhecer o gasto com a aquisição de ferramentas

Os decisores, quando uma entidade adquire uma ferramenta que se qualifica para reconhecimento nas demonstrações financeiras, são confrontados com duas hipóteses:

H1.1 – Reconhecê-la como gasto do exercício

H1.2 – Reconhecê-la como ativo fixo tangível

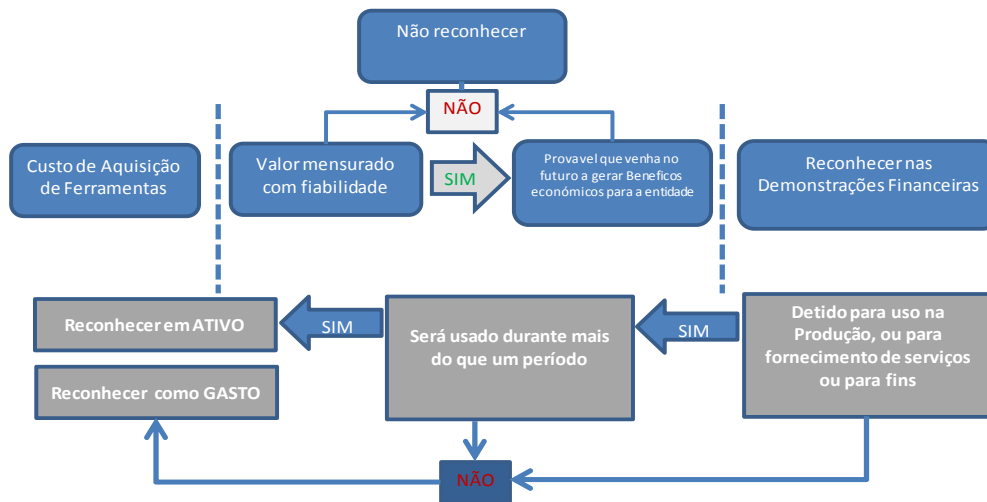
O que o decisor deverá ter em conta é o grau de certeza de que os benefícios económicos futuros para a entidade possam fluir para própria, para além do período contabilístico corrente.

Caso isso ocorra poderá ser reconhecido como ativo.

Caso contrário, quando relativamente ao dispêndio incorrido, seja considerado improvável que benefícios económicos fluirão para a entidade para além do período contabilístico corrente, tal transação resulta no reconhecimento de um gasto na demonstração dos resultados.

As ideias enunciadas atrás, podem ser expressas na figura 4.1

Figura 4.1: Como reconhecer o gasto com a aquisição de ferramentas



Importa analisar os impactos ao nível do aumento ou da redução do montante das variáveis em estudo, em cada uma das duas hipóteses.

H1.1 – Reconhecê-la como gasto do exercício

Sendo o gasto com a aquisição da ferramenta reconhecido no ano de aquisição em gastos com fornecimentos e serviços externos, implica que se está a reconhecer nesse período o total do gasto com a ferramenta. Isto significa um acréscimo dos gastos no exercício económico e por conseguinte o resultado líquido, refletindo diretamente esse gasto, será inferior comparativamente ao caso de não ser reconhecido como gasto do exercício. O impacto será idêntico no que se reporta ao impacto na variável capital próprio, ativo, autonomia financeira, e rentabilidade dos capitais próprios.

H1.2 – Reconhecê-la como ativo fixo tangível

Caso se tivesse mensurado e reconhecido o valor da aquisição das ferramentas como ativo, no exercício económico corresponde à data de aquisição, os gastos diminuiriam, o resultado líquido acrescia. O capital próprio e o ativo acresciam, bem como os rácios de autonomia financeira e rentabilidade dos capitais próprios apresentariam uma performance mais positiva.

Comparar a H.1 e H.2 significa que no ano de aquisição, quem opte por reconhecer como *gasto do exercício o gasto com a aquisição da ferramenta ou utensílio* apresentará resultados, os rácios de autonomia financeira e rendibilidade dos capitais próprios, bem como valor patrimonial, inferiores, comparativamente a quem opte por reconhecer como *ativo fixo tangível o gasto com a aquisição das ferramentas ou utensílios*.

Note-se no entanto que nos anos subsequentes, correspondentes ao número de anos de vida útil remanescente do ativo, o impacto nas variáveis em estudo, será inverso, porque correrão gastos com depreciação do item nesses anos.

4.2 - Como mensurar os custos de desmantelamento e remoção do item

O custo inicial de um item do ativo fixo tangível, compreende quer o seu preço de compra, quer quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias ao seu correto funcionamento, segundo o que determina a NCRF7 no seu parágrafo 17.

Pode ser igualmente imputável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado. A obrigação da entidade pode ocorrer quando o item é adquirido ou, em consequência, de o ter usado durante um determinado período para produção de inventários.

Os decisores perante o *reconhecimento dos custos de desmantelamento* são confrontados com duas hipóteses:

H2.1 – *Ou os reconhecem como gasto do exercício*

H2.2- *Ou os reconhecem como custo inicial do ativo fixo tangível*

O decisor que opte por *reconhecer os custos de desmantelamento como custo inicial do ativo fixo tangível*, fundamenta a sua decisão no facto de, ao extrapolar valores futuros com reflexão no imediato, estar a refletir na contabilidade um equilíbrio entre gastos e benefícios económicos.

Perante esta hipótese será necessário fazer uma estimativa do valor do custo de desmantelamento no final do período, sendo que a melhor estimativa é a quantia que uma entidade racionalmente pagaria para liquidar a obrigação à data do balanço ou para a transferir para uma terceira parte nesse momento.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro deverão ser determinadas por julgamentos e completados pela experiência de transações semelhantes.

Tendo em conta que o método do valor esperado é aceite pela NCRF21-Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, como o método mais adequado, então para efeito de cálculo ter-se-á em conta o valor da estimativa, a taxa de desconto e o número de anos estimados.

$$\text{VALOR PRESENTE DOS CUSTOS DE DESMONTAGEM} = \frac{\text{Valor da Estimativa}}{(1 + \text{Tx.Desconto})^n}$$

O valor da estimativa deve refletir o efeito da taxa de inflação. Importa então considerar a seguinte regra de cálculo:

$$\text{Valor da Estimativa} = \text{Capital} \times (1 + \text{Tx.Inflação})^n$$

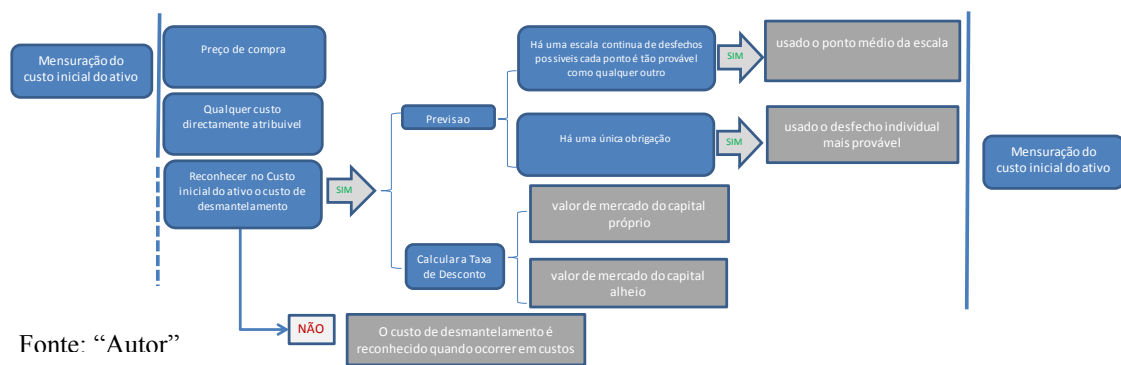
O valor desse capital pode ser mensurado tendo em conta duas realidades possíveis:

- (1) ou é expectável que o custo envolva uma grande população de itens, existindo nesse caso uma escala contínua de desfechos possíveis e cada ponto nessa escala é tão provável como qualquer outro, sendo nesse caso usado o ponto médio da escala;
- (2) ou o valor a ser mensurado é uno e o desfecho individual mais provável pode ser a melhor estimativa.

Relativamente à taxa de desconto, a dificuldade do seu cálculo é sempre maior para as empresas que não são cotadas em bolsa. Nesses casos será mais viável a utilização para os cálculos, da taxa de custo do capital alheio. Partindo do custo histórico efetivo do financiamento anterior obtido pela empresa e comparando-o com a taxa de mercado no momento, para empréstimos com a mesma duração, determina-se por diferença, o prémio pago pela empresa, como compensação pelo seu risco e pela falta de liquidez da dívida.

As ideias enunciadas atrás, podem ser expressas na Figura 4.2:

Figura 4.2: Mensuração dos custos de desmantelamento e remoção do item



Importa analisar os impactos ao nível do aumento ou da redução do montante das variáveis em estudo, em cada uma das duas hipóteses.

H2.1 – Reconhecimento dos custos de desmantelamento e remoção do item como gasto do exercício

Reconhecer os custos de desmantelamento e remoção do item como gasto do exercício, significa que o custo não será repartido anualmente mas sim imputado unicamente no exercício onde ocorrer o custo efetivo, o que significa que só nesse exercício os resultados e capital próprio serão afetados por um decréscimo. Neste caso haveria benefícios económicos sem reflexo no gasto.

No ano do reconhecimento dos custos de desmantelamento e remoção do item os gastos serão superiores, o resultado líquido será inferior. A autonomia financeira e a rendibilidade dos capitais próprios sofrem um decréscimo.

H2.2- Reconhecimento dos custos de desmantelamento e remoção do item como custo inicial do ativo fixo tangível

O reconhecimento dos custos de desmantelamento e remoção do item como custo inicial do ativo fixo tangível tem impacto quer no aumento dos ativos, porque estes incluem o valor do custo de aquisição acrescido dos custos de desmantelamento e remoção do item, quer no aumento do passivo, porque passa neste caso a ser reconhecida a provisão da estimativa desses custos. O resultado líquido reflete o aumento dos gastos com depreciação e outros gastos de financiamento (correspondente a provisão para gastos de desmantelamento). O que terá igualmente impacto na redução do capital próprio. A autonomia financeira é inferior porque o ativo cresce e o capital próprio é inferior e a rentabilidade dos capitais próprios também diminui, comparativamente a eventualidade de se reconhecer o custo de desmantelamento no momento do seu custo efetivo.

Importa também ter em conta que quanto maior a taxa de desconto a aplicar menor é o valor inicial imputado ao custo do item. O que terá impacto nos resultados.

O resultado líquido será afetado positivamente por essa redução de custos. O valor do ativo será inferior porque se reconhecem menores estimativas de custo do ativo, o valor da provisão com as estimativas dos custos de desmantelamento será menor o que se reflete no valor total do passivo. O capital próprio será superior. Os rácios financeiros apresentarão melhores performances.

4.3 - Proceder a alteração da vida útil do bem

A vida útil de um bem é o período durante o qual uma entidade espera que um ativo esteja disponível para uso ou o número de unidades de produção ou similares que uma entidade espera obter do ativo.

Dadas diversas e variadas circunstâncias, essa expectativa poderá ser afetada. Sendo assim há que ter em conta em cada final de exercício um conjunto de

situações, nomeadamente se a utilização do ativo sofreu alguma alteração na sua capacidade produtiva ou no seu desgaste, ou se o ativo sofreu uma eventual obsolescência técnica ou comercial, ou se se registaram quaisquer alterações aos limites legais do uso do ativo.

Caso tal ocorra as alterações serão contabilizadas como uma alteração numa estimativa contabilística.

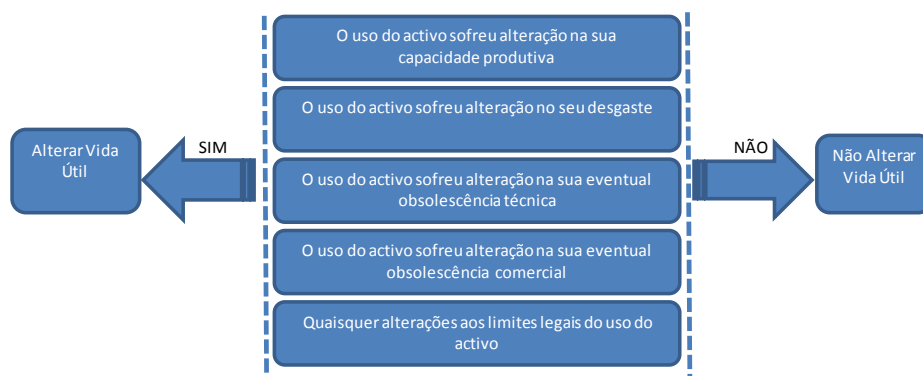
Importa aos decisores decidir entre

H3.1- Não alterar a vida útil dos ativos fixos tangíveis

H3.2 - Alterar a vida útil dos ativos fixos tangíveis

As ideias enunciadas atrás, podem ser expressas no Figura 4.3:

Figura 4.3: Alteração da Vida Útil do Bem



Fonte : "Autor"

Importa analisar os impactos ao nível do aumento ou da redução do montante das variáveis em estudo, em cada uma das duas hipóteses.

H3.1- Não alterar a vida útil dos ativos fixos tangíveis

Se a entidade não reconhecer ter indícios suficientes de que a utilização do ativo tenha sofrido alguma alteração na sua capacidade produtiva ou no seu desgaste, nem o ativo aparente ter sofrido qualquer obsolescência técnica ou comercial, nem se ter registado quaisquer alterações aos limites legais do uso do ativo, não procede a alteração da vida útil dos ativos fixos tangíveis. Partindo do pressuposto

que a entidade utiliza o método da linha reta para depreciar o ativo, os resultados serão equitativamente idênticos durante a vida útil dos bens.

H3.2 - Alterar a vida útil, dos ativos fixos tangíveis

Suponhamos no entanto que a expectativa de redução da sua capacidade produtiva era efetiva, ou que o uso do ativo sofreu alteração no seu desgaste ou ocorreu uma obsolescência técnica que afetou o uso do ativo, ou que comercialmente o ativo se tornou obsoleto, ou que ocorreram durante um dado exercício económicos limites legais ao uso do ativo.

Segundo o normativo, a vida útil do ativo é alterada e essa alteração na estimativa contabilística será relevada tendo em conta o que determina a NCRF4-Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros. A natureza, da revisão da estimativa não se relaciona com períodos anteriores e não é a correção de um erro, mas afeta o período em que ocorre a alteração e os períodos futuros.

Necessariamente o resultado líquido, o valor do ativo e capital próprio, e os rácios autonomia financeira e rendibilidade do capital próprio serão alterados.

E o impacto será tanto maior quanto maior for a redução do período de vida útil remanescente.

O valor atual do ativo reflete o valor de aquisição do bem deduzido de quaisquer depreciações e imparidades. E o valor da depreciação do exercício será calculado por recursos à seguinte fórmula:

$$\text{Depreciação do exercício} = \frac{\text{Valor actual}}{\text{Número de anos de vida útil remanescente estimada}}$$

As depreciações do exercício serão superiores no caso da redução do número de anos de vida útil remanescente estimada. O resultado líquido diminui por aumento dos gastos com depreciações.

O valor do ativo diminui bem como os capitais próprios por efeito da redução do resultado líquido. A rendibilidade dos capitais e autonomia financeira também.

4.4 - Como reconhecer o custo dos componentes, sobressalentes principais e equipamento de reserva

Ao reconhecer o custo dos componentes, sobressalentes principais e equipamento de reserva há que numa primeira fase, avaliar se se trata de uma aquisição de sobressalentes e equipamentos de serviço ou se se trata de uma aquisição de sobressalentes principais e equipamentos de reserva, porque o tratamento contabilístico é diferente. Numa segunda fase, importa decidir entre reconhecer o custo como gasto do exercício ou capitaliza-lo para o custo inicial do ativo.

O tratamento será diferente porque no caso de sobressalentes e equipamentos de serviço, estes podem ser reconhecidos no inventário e apurados nos resultados quando consumidos. Se forem utilizados em ligação com um ativo fixo tangível, podem ser classificados como ativos fixos tangíveis (NCRF 7 parágrafo 8).

No caso de se se tratar de sobressalentes principais e equipamentos de reserva, desde que possam ser usados por mais do que um período e aumentem o nível de desempenho originalmente avaliado, podem ser classificados como ativos fixos tangíveis. Caso tal não ocorra devem ser reconhecidos como gastos do exercício em conservação e reparação.

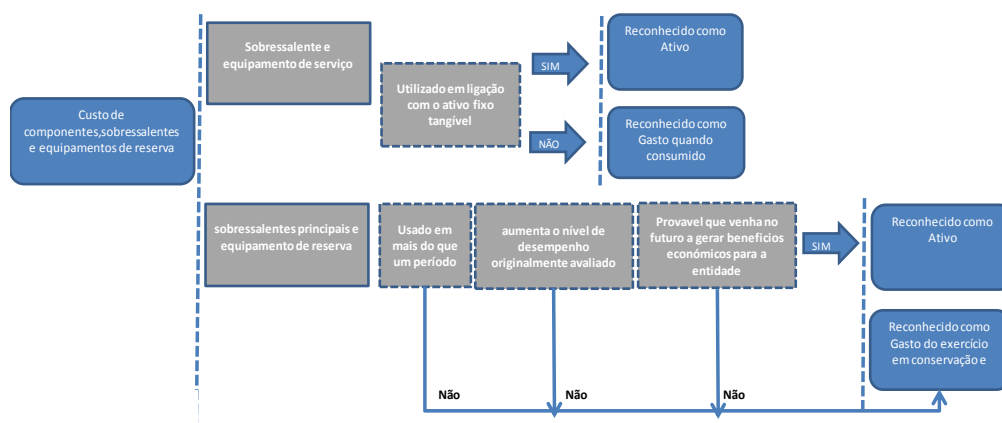
Ao reconhecer o custo dos componentes, sobressalentes principais e equipamentos de reserva, o decisor terá de considerar duas hipóteses,

H4.1 – Reconhecer esse custo como ativo fixo tangível

H4.2- Reconhecer esse custo como gasto do exercício

As ideias enunciadas atrás, podem ser expressas no Figura 4.4:

Figura 4.4: Como reconhecer o custo dos componentes, sobressalentes principais e equipamento de reserva



Fonte : “Autor”

Importa analisar os impactos ao nível do aumento ou da redução do montante das variáveis em estudo, em cada uma das duas hipóteses.

H4.1 – Reconhecer esse custo como ativo fixo tangível

Na hipótese de se tratar de um sobressalente principal ou equipamento de reserva cuja expectativa de uso seja superior a um período e que dele se espera obter uma melhoria do nível de desempenho originalmente avaliado para o ativo com que se relaciona e sendo provável que o sobressalente venha no futuro a gerar benefícios económicos para a entidade, então o custo é reconhecido como ativo fixo tangível.

Na hipótese de se tratar de sobressalentes e equipamentos de serviço utilizados em ligação com o ativo fixo tangível, o custo é também reconhecido como ativo fixo tangível.

Nestes casos ocorre um aumento do ativo líquido e do capital próprio. Ainda que o resultado líquido e os indicadores de autonomia financeira e rendibilidade dos capitais próprios apresentem no curto prazo melhores resultados comparativamente à decisão de reconhecer os custos no exercício económico da aquisição, nos anos subsequentes, durante a vida útil estimada, os resultados serão

inversos, porque será necessário depreciar o ativo contabilizando-se gastos com depreciações.

H4.2- Reconhecer esse custo como gasto do exercício

Na hipótese de se tratar de um sobressalente principal ou equipamento de reserva cuja expectativa de uso não seja superior a um período ou dele não se espere obter um aumento do nível de desempenho originalmente avaliado para o ativo com que se relaciona ou não sendo provável que o sobressalente venha no futuro a gerar benefícios económicos para a entidade, então o custo é reconhecido como gasto do exercício.

Na hipótese de se tratar de sobressalentes e equipamentos de serviço mas que não são utilizados em ligação com o ativo fixo tangível, então o custo também é reconhecido em gastos do exercício quando consumido.

Nestes casos os gastos do exercício aumentam, o resultado líquido no ano do consumo é inferior. O capital próprio e o ativo são inferiores. Os rácios de autonomia financeira e rendibilidade do capital próprio apresentam no curto prazo valores inferiores.

No entanto como os gastos de depreciação do ativo não seriam repartidos uniformemente ao longo dos anos de vida útil remanescente mas contabilizados num único exercício, os resultados nos anos subsequentes seriam melhores.

4.5 - No caso da mensuração após o reconhecimento: optar entre mensurar pelo Modelo do custo ou optar pelo Modelo de revalorização

Após o reconhecimento inicial, no processo de determinar as quantias monetárias pelas quais os elementos das demonstrações financeiras devem ser reconhecidos e inscritos no balanço e na demonstração de resultados, o decisor deverá optar entre mensurar

H5.1- Pelo modelo do custo

H5.2 - Pelo modelo de revalorização

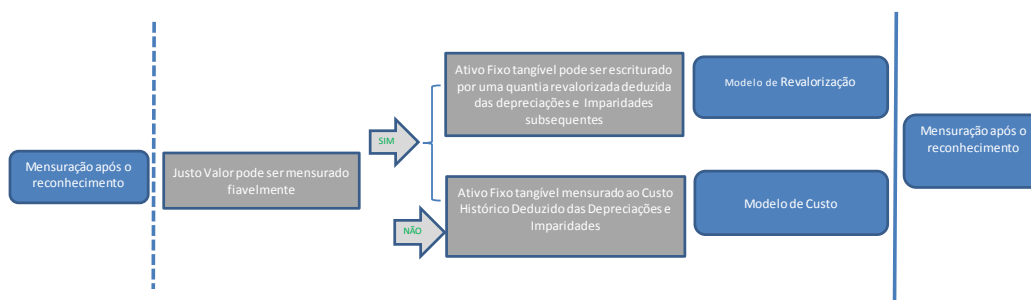
No modelo de custo, o valor líquido dos bens compreende o custo dos itens deduzido das depreciações e imparidades.

Pelo modelo de revalorização o item do ativo fixo tangível é escriturado por uma quantia revalorizada que é o seu justo valor à data da revalorização menos qualquer depreciação acumulada subsequente e perdas por imparidade acumuladas subsequentes.

Na tomada de decisão importa avaliar a fiabilidade da mensuração do bem ao seu justo valor. Caso não haja provas com base no mercado do justo valor, devido à natureza especializada do item do ativo fixo tangível ou se o item for raramente vendido uma entidade, não pode utilizar o método de revalorização.

As ideias enunciadas atrás, podem ser expressas no Figura 4.5:

Figura 4.5 – Modelo do custo ou Modelo de revalorização



Fonte : “Autor”

A opção entre o modelo do custo e o modelo do justo valor implica significativos efeitos das demonstrações financeiras, quer ao nível dos capitais próprios, quer ao nível dos encargos com depreciações.

Através do modelo do justo valor se a quantia escriturada de um ativo for aumentada, reconhecer-se-á esse aumento diretamente no capital próprio, exceto quando se verificar a reversão de um decréscimo de revalorização do mesmo ativo, caso em que se reconhece nos resultados previamente; se for diminuída reconhece-se diretamente em resultados. Caso se verifique a existência de um saldo credor no excedente de revalorização com respeito ao ativo então afetar-se-á diretamente o capital próprio.

Relativamente à realização do excedente de revalorização, este deverá ser transferido para resultados transitados, nunca via resultados, direta e totalmente quando o ativo for desreconhecido, retirado ou alienado e parcialmente quando o ativo for usado por uma entidade. Neste caso a quantia do excedente transferida será igual à diferença entre a depreciação baseada na quantia escriturada revalorizada do ativo e a depreciação baseada no custo original do ativo.

Importa analisar os impactos ao nível do aumento ou da redução do montante das variáveis em estudo, em cada uma das duas hipóteses, supondo que a entidade utilizou o método da linha reta para efetuar as depreciações do ativo fixo tangível.

H5.1- Pelo modelo do custo

Não existe qualquer impacto diferenciado ao longo da vida útil do bem. Continuará a ocorrer a depreciação. Os resultados mantem-se idênticos ao longo dos períodos se apenas se tiver em conta este impacto nos resultados.

H5.2 - Pelo modelo de revalorização

Reconhecendo ser possível determinar o justo valor desse ativo, a empresa geralmente subcontrata os serviços de um avaliador profissionalmente qualificado e independente para que este atribua ao ativo o seu real valor de mercado.

No caso do modelo de revalorização, o tratamento das depreciações acumuladas será eliminado contra a quantia escriturada bruta.

Importa apurar o excedente de revalorização.

O cálculo do excedente é suportado pela seguinte regra

$$\text{Excedente de Revalorização} = \text{Justo valor} - \text{Quantia escriturada}$$

As depreciações futuras, resultantes desta revalorização, não são fiscalmente aceites como gasto, paralelamente terá que ser contabilizado um passivo por impostos diferidos correspondente ao produto do excedente de revalorização pela taxa do imposto (25% IRC + 1,5% Derrama= 26,5%).

Relativamente ao impacto da revalorização ao nível fiscal importa o que a NCRF 25 exige no seu parágrafo 1,

“ (...) que uma entidade contabilize as consequências fiscais de transações e de outros acontecimentos da mesma forma que contabiliza as próprias transações e outros acontecimentos (...) qualquer efeito fiscal relacionado também é reconhecido nos resultados. No que diz respeito a transações e outros acontecimentos reconhecidos diretamente no capital próprio, qualquer efeito fiscal relacionado também é reconhecido diretamente no capital próprio.”

Esta norma exige o reconhecimento de todos os passivos por impostos diferidos e esclarece no parágrafo 16 este conceito ao mencionar que:

“ Quando a quantia escriturada no ativo exceder a sua base fiscal, a quantia dos benefícios económicos tributáveis excederá a quantia que será permitida como dedução para finalidades de tributação. Esta diferença é uma diferença temporária tributável e a obrigação de pagar os resultantes impostos sobre o rendimento em períodos futuros é um passivo por impostos diferidos.”

Explicita no seu parágrafo 20 que

“ Em Portugal, a revalorização ou reexpressão de um ativo não afeta o lucro tributável no período da revalorização ou reexpressão e, conseqüentemente, a base fiscal do ativo não é ajustada. Contudo, a recuperação futura da quantia

escriturada resultará num fluxo tributável de benefícios económicos para a entidade e a quantia que será dedutível para finalidades tributárias diferirá da quantia desses benefícios económicos. A diferença entre a quantia escriturada de um ativo revalorizado e a sua base fiscal é uma diferença temporária e dá origem a um passivo ou ativo por impostos diferidos”

Analisados comparativamente os modelo do custo e da revalorização ao nível do resultado líquido não haverá qualquer impacto no exercício em que se procede ao ajustamento do valor do bem.

Se o valor do ativo diminuir é considerado uma imparidade e sofre tratamento de acordo com o determinado a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 Imparidades, se o valor do ativo aumentar por valorização ao seu justo valor de mercado, o excedente dessa revalorização é contabilizado em excedentes de revalorização em capital próprio e o valor correspondente aos diferimentos é contabilizado no passivo. O que faz como que a autonomia financeira aumente mas a rendibilidade dos capitais próprios diminua.

No fim de vida útil remanescente o valor do ativo é igual porque o valor atual nessa data será nulo. No entanto pelo modelo de revalorização o valor do ativo será superior porque revalorizado e o valor da depreciação dos exercícios remanescentes será superior, tendo impacto no resultado líquido de cada exercício.

O valor do passivo reflete os custos com os diferimentos.

Analisando o impacto no período remanescente de vida útil do ativo (nos casos em que a entidade não pretenda alienar o ativo) a quantia escriturada revalorizada do ativo será recuperada pelo uso, o que gerará um rendimento tributável.

Sendo que o imposto tornar-se-á exigível no momento da venda ou quando do uso de ativos semelhantes. Trata-se de uma tributação diferida, nos casos de ganhos de capital em que os proventos da alienação sejam investidos em ativos semelhantes.

Esquemáticamente importa diferenciar o impacto dos dois modelos no período de vida remanescente Figura 4.6.

Figura 4.6 – Modelo do custo ou Modelo de revalorização

Exercício	EFEITO NOS RESULTADOS			EFEITO NAS RESERVAS			TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		
	Modelo do Custo	Modelo de Revalorização	Diferença	Modelo do Custo	Modelo de Revalorização	Diferença	Modelo do Custo	Modelo de Revalorização	Diferença
≤ n	Depreciação Acumulada	-	0		Valor excedente	Valor excedente	Depreciação Acumulada	Depreciação Acumulada + Excedente	Valor excedente
n+1	Depreciação do Exercício	Depreciação do Exercício +	Valor excedente /n+(...)				Depreciação do Exercício	Depreciação do Exercício +	
n+2	Depreciação do Exercício	Depreciação do Exercício +	Valor excedente /n+(...)				Depreciação do Exercício	Depreciação do Exercício +	
n+3	Depreciação do Exercício	Depreciação do Exercício +	Valor excedente /n+(...)				Depreciação do Exercício	Depreciação do Exercício +	
n+ (...)		Depreciação do Exercício +	Valor excedente /n+(...)				0	Depreciação do Exercício +	
TOTAL	Valor de aquisição do Ativo	Valor reavaliado do Ativo	Valor excedente		Valor excedente	Valor excedente	Valor de aquisição do Ativo	Valor de aquisição do Ativo	0

Fonte : “Autor”

O resultado líquido dos períodos subsequentes ao ano da reavaliação ao justo valor, será sempre inferior, por efeito do aumento das depreciações do exercício, que correspondem ao valor do excedente depreciado pelo número de anos de vida útil remanescente.

O efeito nas reservas pelo excedente de revalorização será movimentado no capital próprio da entidade com o seu aumento ao longo da vida útil do ativo. Note-se que este impacto é constante ao longo do período de vida útil remanescente por se ter adotado o método da linha reta (quotas constantes).

4.6 - Como reconhecer no custo do bem o valor de empréstimos diretamente contraídos

Regra geral os custos de empréstimos obtidos devem ser reconhecidos como gasto do período em que ocorram, afetando desta forma os resultados e o capital próprio da entidade no exercício económico em que ocorrem, na proporção desse gasto.

Exceccionalmente os custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica, podem ser capitalizados como parte do gasto desse ativo.

Os encargos financeiros integrados no gasto desse bem serão também eles depreciados em função da vida útil do bem. Isto terá efeito nos gastos dos respetivos exercícios económicos e, implicitamente, nos resultados e capital próprio.

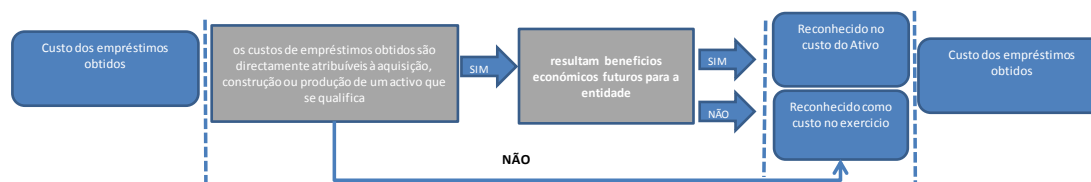
O decisor deverá optar por reconhecer o valor de empréstimos diretamente contraídos por uma de duas formas:

H6.1 - Não capitalizando o custo do empréstimo no custo do ativo

H6.2 – Capitalizando o custo do empréstimo no custo do ativo

As ideias enunciadas atrás, podem ser expressas no Figura 4.7

Figura 4.7 – Como reconhecer no custo do bem o valor de empréstimos diretamente contraídos



Fonte : “Autor”

Importa analisar os impactos ao nível do aumento ou da redução do montante das variáveis em estudo, em cada uma das duas hipóteses.

H6.1 - Não capitalizando o custo do empréstimo no custo do ativo

No caso de não se reconhecer no custo do bem o valor do empréstimo, os encargos financeiros suportados com o empréstimo são reconhecidos como gastos financeiros na medida que ocorrem, influenciando o resultado líquido desses períodos. As rubricas afetas ao balanço que espelham estes gastos são o Passivo

que aumenta e o Capital Próprio que diminui. O rácio de Autonomia Financeira será tanto menor quanto maiores forem os gastos financeiros reconhecidos.

H6.2 – *Capitalizando o custo do empréstimo no custo do ativo*

Capitalizar os custos associados a um empréstimo na aquisição de bens é admissível no caso em os ativos impliquem uma demora expressiva de tempo, para que se considerem aptos para uso ou venda e os fundos emprestados têm necessariamente que se destinarem especificamente à aquisição de um ativo que se qualifica. A quantia dos gastos de empréstimos obtidos elegível para capitalização nesse ativo deve ser determinada como os gastos reais dos empréstimos incorridos durante o período, menos qualquer rendimento de investimento temporário desses empréstimos.

Quando o financiamento do ativo que se qualifica é assegurado por fundos da entidade, então a quantia dos custos dos empréstimos obtidos elegíveis para capitalização deverá ser calculada pela aplicação de uma taxa de capitalização aos dispêndios desse ativo. Essa taxa deve ser a média ponderada dos custos dos empréstimos obtidos que se aplica aos empréstimos da entidade que estejam em circulação no período.

O valor dos custos de empréstimos obtidos capitalizados durante um período não deve exceder a quantia dos custos de empréstimos obtidos incorridos durante o período.

A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos como parte de um ativo que se qualifica (incorporação desses custos no custo do ativo) deve começar quando se realizarem dispêndios com o ativo qualificável. Deve ser suspensa durante os períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades que sejam necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou venda seja interrompido. Nestas situações, os custos de empréstimos obtidos têm de ser obrigatoriamente contabilizados como gastos.

A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos deve cessar quando, substancialmente, todas as atividades necessárias para preparar o ativo que se qualifica para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas.

Os gastos de juros incorridos por uma entidade relativos aos pedidos de empréstimos de fundos, incluem:

- Juros de descobertos bancários e de empréstimos obtidos a curto e longo prazo;
- Amortização de descontos ou de prémios relacionados com empréstimos obtidos;
- Amortização de custos acessórios incorridos em ligação com a obtenção de empréstimos;
- Encargos financeiros relativos a locações financeiras; e
- Diferenças de câmbio que resultam de empréstimos em moeda estrangeira até ao ponto em que possam ser imputados a gastos com juros.

A despesa média acumulada do período, será calculada respeitando a seguinte regra de cálculo:

$$(K/12 \times 12) + (K/12 \times 9) + (K/12 \times 6)$$

Em que K, corresponde a despesa no período.

Caso a entidade tenha mais do que um empréstimo a decorrer, com taxas de juro distintas, importa calcular o juro potencial capitalizável, adotando a média ponderada da taxa de juro.

A regra de cálculo da média ponderada da taxa de Juro será:

$$C1 \times Tx.Juro 1 + C2 \times Taxa Juro 2 + Cn \times Tx.Juro n$$

Em que C1 e C2 e Cn correspondem ao valor dos encargos financeiros suportados.

O Juro potencial capitalizável, adotando a média ponderada das taxas de juro, será então calculado da seguinte forma:

Despesa média acumulada do período x taxa média ponderada da taxa de juro

Será este o impacto nas variáveis de estudo: quer o resultado líquido, quer o ativo, quer o capital próprio aumentam. Bem como os rácios de autonomia financeira e rentabilidade dos capitais próprios.

Tal ocorre porque quer o valor do ativo quer o valor do juro potencial capitalizável são reconhecidos na rubrica trabalhos para a própria entidade e em ativos, na rubrica ativos fixos tangíveis em curso, no exercício económico em que ocorre a aquisição do ativo.

Como fiscalmente essa capitalização é aceite, segundo Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro –Série I nº177 no seu artigo 2º alínea 5, não é necessário qualquer ajustamento ao resultados antes de impostos o que se reflete num resultado líquido também superior.

Capítulo 5. CASO DE ESTUDO

O objetivo deste capítulo é o de proporcionar conhecimento acerca do fenómeno estudado comprovando ou contrastando os efeitos e relações entre as hipóteses em estudo e o impacto nas variáveis em análise de uma dada empresa.

Avaliar-se-á, analisar-se-á os principais impactos para a gestão na eventualidade de práticas de contabilização distintas na contabilização dos ativos fixos tangíveis de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística.

A empresa objeto de estudo desta dissertação pertence ao sector dos plásticos e foi distinguida pela qualidade do seu desempenho e perfil de risco como PME líder no âmbito do programa FINCRESCCE em 2011. No ranking das 1500 maiores Pequenas e Médias Empresas apresentadas pelo Diário de Notícias no ano de 2011 surge na 935 posição sendo líder no mercado Ibérico da reciclagem de plásticos.

5.1 - Enquadramento da atividade da empresa

Os produtos de plástico fazem parte do dia-a-dia do consumidor, surgindo sob as mais diversas formas, sendo cada vez mais diversificada a sua utilização.

O plástico tem grande implantação em quase todos os sectores de atividade, com relevância nos sectores da construção civil, desporto, indústria automóvel e embalagem.

A indústria de embalagens constitui o maior mercado do plástico, consumindo 40% do plástico produzido ao nível europeu.

É também utilizado na indústria elétrica e eletrónica.

Na agricultura moderna o plástico veio dar lugar a outros materiais. Muito utilizado nos sistemas de rega, em estufas ou mesmo no material suporte ao desenvolvimento desta indústria.

A preferência pelo plástico nas mais diversas áreas da atividade humana é justificada pela versatilidade e excelentes propriedades evidenciadas por este material.

O facto de ser moldável é uma característica essencial das substâncias plásticas, enquanto matéria-prima para o fabrico de objetos e materiais plásticos. Esta característica deve-se ao facto de se tratar de substâncias de elevada massa molecular constituídas por unidades moleculares estruturais, ligadas entre si de forma repetitiva.

Os polímeros (plástico) podem ser de origem natural ou fabricados pelo homem através de reações químicas.

No primeiro caso temos os polissacarídeos, proteínas e ácidos nucleicos comuns em plantas e animais ou produtos de síntese.

No caso dos fabricados pelo homem há que distinguir os polímeros semi-sintéticos produzidos à base de materiais naturais quimicamente alterados e os polímeros sintéticos obtidos através de processos químicos a partir de moléculas simples como é o caso dos plásticos (ex: polietileno, polipropileno, poliéster, poliuretano, entre outros).

A produção industrial de plásticos (polímeros sintéticos), contempla fundamentalmente o fabrico de resinas de polietileno (PE), incluindo o polietileno de baixa densidade (PEBD) e o polietileno de alta densidade (PEAD), polipropileno (PP), policloreto de vinilo (PVC), polietilenotereftalato (PET), poliestireno (PS) incluindo o poliestireno expandido (EPS) e ainda policarbonato (PC).

Estes polímeros constituem cerca de 98% dos produtos plásticos utilizados no dia a dia, e cada um deles tem características mecânicas próprias, assim como diferentes características de degradação e de resistência ao calor, à luz e aos produtos químicos.

Quando falamos de baquelite (o primeiro plástico sintético), poliuretanos (PU) e poliacetato de etileno vinil (EVA) usados nas solas do calçado, poliésteres, como os utilizados na fabricação de telhas reforçadas com fibra de vidro, resinas fenólicas, utilizadas em revestimento de móveis (fórmica) estamos a falar de polímeros que uma vez moldados não podem ser fundidos e moldados de novo devido ao reticulado da sua estrutura. São polímeros termofixos.

Relativamente as categorias dos polímeros podemos ter ainda os termorrígidos e elastómeros, grupo de polímeros, intermediário entre os termoplásticos e os termofixos que não sendo fundíveis, têm uma elasticidade elevada. Não são recicláveis. Exemplo destes polímeros são as borrachas, utilizadas por exemplo, nos pneus. À semelhança dos polímeros termofixos, os elastómeros podem ser valorizados após moagem, como carga inerte incorporada noutros materiais.

Mais de 80% dos plásticos vulgarmente utilizados são fundidos e modelados de novo por diversas vezes, devido à sua estrutura macromolecular linear. Amolecem quando aquecidos e endurecem de novo quando arrefecem, pertencem ao grupo dos termoplásticos, os quais à temperatura ambiente podem ser maleáveis, rígidos ou até frágeis exemplos destes polímeros temos o Polipropileno (PP), o Polietileno de Baixa Densidade (PEBD), o Polietileno de alta densidade (PEAD), o Policloreto de Vinilo (PVC), Polietilenotereftalato (PET), Poliestireno (PS) e Poliestireno Expandido (EPS), Policarbonato (PC), Polimetilmetacrolato (PMMA).

A indústria dos plásticos enquadra-se no setor das Indústria Químicas o qual em 2011 apresentou taxas de rentabilidade de capitais na ordem dos 13% e uma autonomia financeira a rondar os 50%, segundo dados apresentado no Ranking das 1500 Pequenas e Médias Empresas do Diário de Notícias do dia 23 de Junho de 2012.

5.2 – A Empresa

Constituída em 1974, a Sirplaste Sociedade Industrial de Recuperados de Plástico, SA, foi pioneira na reciclagem de desperdícios de plástico em Portugal. Inicialmente a atividade da empresa focalizava-se na recuperação de desperdícios de plástico industrial com um grau reduzido de sujidade (contaminação).

Acompanhando as necessidades do mercado e encontrando um nicho de mercado a explorar, a empresa decidiu em 1983 adquirir a 1ª linha de lavagem, tendo reforçado esse investimento em 1985 o que lhe conferiu uma maior capacidade e eficácia produtiva, culminando na diversificação do negócio para a área da reciclagem de plástico com um elevado grau de contaminação.

Cresce gradualmente, aposta forte na qualidade tornando-se competitiva no contexto de mercado global.

Em 2000 certifica o seu Sistema de Gestão da Qualidade de acordo com a norma NP EN ISO 9002 tendo operado a transição para a norma NP EN ISO 9001:2000 em 2003.

Como operadora acreditada pela Sociedade Ponto Verde no âmbito da retoma e reciclagem de embalagens de plástico, a empresa assume um papel ambiental relevante na sociedade. Em 2004 a organização implementa um Sistema de Gestão Ambiental de acordo com a norma NP EN ISO 14001 integrado com o Sistema de Gestão da Qualidade já em vigor.

A empresa aposta num crescimento continuado e sustentado, através da inovação, da constante melhoria dos meios tecnológicos, apostando nos seus recursos humanos, na qualidade dos seus produtos e dos serviços, sempre com vista a satisfação dos seus clientes.

Expressa nestes termos a missão e valores da empresa (retirado do site da empresa em 10 de Outubro de 2012 em <http://www.sirplaste.pt>)

“ Podemos ter o mundo como o conhecemos e usufruir de todas as vantagens do plástico e, ao mesmo tempo, respeitar o meio ambiente.”

“Podemos conciliar os interesses de uma empresa que continua a crescer, a inovar, a apostar nos meios e nas pessoas.

Podemos, e queremos, contribuir para que as gerações vindouras usufruam de um planeta que sendo frágil, deve ser respeitado e protegido, queremos continuar a ser pioneiros e mostrar que o Ambiente não é apenas uma obrigação, um dever ou um sacrifício, mas também uma forma de viver, de gratificar o planeta pela simples dádiva que é podermos ser parte integrante dele.

Podemos manter uma tradição de 35 anos de excelência sem comprometer a qualidade dos serviços que prestamos e dos produtos que comercializamos, ou o desejo de manter a total satisfação dos nossos clientes.

Traduzimos o profundo respeito que sentimos pela Natureza através da constante melhoria, dos meios tecnológicos e das pessoas, intervenientes fundamentais e indispensáveis para que estejamos sempre na vanguarda, e consigamos ter acesso e dar a conhecer às melhores soluções, mantendo sempre o elevado grau de qualidade que nos distingue.”

Focalizada na qualidade e satisfação dos clientes da empresa, estabelece objetivos e metas de qualidade e ambiente que avalia regularmente, utiliza processos produtivos eficientes que garantem a qualidade do sistema de gestão integrado, influenciando a qualidade do produto acabado e o ambiente interno e externo da empresa.

Dá prioridade à redução de resíduos enviados para aterro; à racionalização dos consumos de água e de energia; ao controlo do ruído ambiente;

A eficiência do processo produtivo ficou assegurada recentemente quer pelo investimento efetuado em novos equipamentos, os quais apresentam capacidade para processar os materiais contaminados de forma mais eficiente e com maior qualidade do produto final, quer pela aquisição de novas infraestruturas industriais que vieram permitir realizar de forma eficaz uma reestruturação dos métodos de trabalho obtendo-se uma total otimização dos tempos de trabalho homem/máquina e reduzindo-se os desperdícios em tempos inerentes as tarefas dos operários.

A empresa tem vindo a crescer gradualmente contrariando as adversidades da conjuntura económica negativa que tem afetado a indústria Portuguesa nos últimos anos.

Em 2011 a empresa registou um crescimento do seu volume de negócio na ordem dos 54,87%, com um resultado líquido de Eur.230.593.

Exportou mais de 80% do que produziu, principalmente para Espanha (60%) e o restante para o Reino Unido, França e Alemanha.

A Sirplaste adquire os desperdícios de plástico, quer junto dos gestores de resíduo, ou na Sociedade Ponto Verde ou diretamente em indústrias ou comércio. Transforma esses desperdícios de plástico em granulado de plástico reciclado, que será vendido como matéria-prima para as indústrias transformadoras que operam na construção civil, indústria de sacos de plástico e nas indústrias inerentes às áreas da agricultura. É o caso das produtoras de filme para sacos de lixo e mangas de plástico, indústrias de plástico de injeção que produzem baldes, selhas, vasos, cabides, ou de insuflação como sejam as barricas e as garrafas de lixívia

Em 2011 o aumento das encomendas teve origem nas empresas de produção de tubos de rega para a agricultura tendo a empresa registado uma quebra nas encomendas provenientes das indústrias transformadoras que operam na construção civil e obras públicas.

A empresa enquadrada no setor da indústria química apresentou indicadores económicos sólidos e sustentáveis em 2011.

5.3 – As políticas contabilísticas da Empresa alternativas e impactos nas variáveis de estudo

Segundo o anexo às demonstrações financeiras individuais do exercício de 2011, as principais políticas contabilísticas em uso na empresa relativas aos ativos fixos tangíveis, indicam que estes se encontram registados em balanço ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas quando houve lugar as mesmas.

As depreciações foram calculadas, após o início de utilização dos bens. Ao longo dos exercícios anteriores foi utilizado o método das quotas constantes (linha reta) ou das quotas degressivas ainda que não especifique no anexo quais nem os motivos de utilização de métodos dispares.

5.3.1 - As políticas contabilísticas da Empresa: Gasto com a aquisição de ferramentas

As ferramentas foram reconhecidas como gastos do exercício. Existia forte convicção que as mesmas seriam utilizadas durante o processo produtivo da empresa e gerariam benefícios económicos para a entidade, a sua utilização seria integrada nas atividades operacionais da entidade durante o processo produtivo contribuindo de forma indireta para o fluxo de caixa e equivalentes. No entanto não existia convicção de que as ferramentas pudessem ser utilizadas durante mais do que um período.

O valor da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos em 31 de Dezembro de 2011 apresenta o valor de Eur.3.380.331. Os gastos com as ferramentas cifram-se em Eur.35.213, o resultado líquido em 2011 foi de Eur.230.593.

Suponhamos no entanto que como determina a Estrutura Conceptual no seu parágrafo 83, ao referir que as avaliações do grau de incerteza ligadas ao fluxo de benefícios económicos futuros são feitas com base nas provas disponíveis aquando da preparação das demonstrações financeiras, que nessa data essas

ferramentas mantinham as suas capacidades técnicas de funcionamento com potencial para contribuir para a geração de benefícios económicos futuros para a entidade. Então o custo de aquisição das ferramentas seria reconhecido como ativo.

Ou seja, a entidade ou reconhece o custo das ferramentas como gasto do exercício ou como ativo fixo tangível.

E se reconhecer o custo das ferramentas como ativo fixo tangível no exercício económico corresponde à data de aquisição, os fornecimentos e serviços externos diminuem e os ativos fixos tangíveis aumentam nessa proporção.

O aumento das depreciações corresponde a depreciação a taxa legal pelo método das quotas constantes (linha reta) dos ativos fixos tangíveis.

Nestas condições o resultado líquido acresce, conforme figura

Figura 5.1: Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas: reconhecimento do gasto com a aquisição de ferramentas

PERÍODO FINDO EM 31 DE Dezembro de 2011

RENDIMENTOS E GASTOS	HIPOTÉSES	
	H1.1	H1.2
(...)		
Fornecimentos e serviços externos	-3.380.331	-3.345.118
...		
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-1.560.297	-1.569.100
Resultado antes de impostos	337.823	364.233
Imposto sobre o rendimento do período	=	=
Resultado líquido do período	230.593	257.003

Note-se porém que o restante custo seria refletido proporcionalmente ao número de anos de vida útil remanescente, ou seja mais 3 anos.

Neste caso viria a existir equilíbrio entre gastos e benefícios económicos

No exercício económico correspondente à data de aquisição o capital próprio e o ativo acresciam.

Figura 5.2: Balanço: reconhecimento do gasto com a aquisição de ferramentas

PERÍODO FINDO EM 31 DE Dezembro de 2011

RUBRICAS	HIPOTÉSES	
	H1.1	H1.2
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	11.284.359	11.310.769
(...)		
Total do Ativo	20.266.808	20.293.218
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
(...)		
Resultado Líquido do período	230.593	257.003
Total do Capital Próprio	5.929.217	5.955.627
(...)		
Total do Capital Próprio e Passivo	20.266.808	20.293.218

E os rácios de autonomia financeira e rendibilidade dos capitais próprios viriam maiores.

Figura 5.3: Rácios: reconhecimento do gasto com a aquisição de ferramentas

Rácios Financeiros	HIPOTÉSES	
	H1.1	H1.2
<i>Autonomia Financeira = Capital Próprio / Activo</i>	29,26%	29,35%
<i>Rendibilidade dos capitais próprios</i>		
<i>= Resultado líquido do período / Capital próprio</i>	3,89%	4,32%

5.3.2 - As políticas contabilísticas da empresa: os custos de desmantelamento e remoção do item

O anexo às demonstrações financeiras refere também a existência em ativos fixos tangíveis de um equipamento sobre o qual foi celebrado um contrato de retoma por parte do fornecedor no fim da vida útil estimada da máquina, ou seja, daqui a cinco anos, sendo que os custos de desmantelamento a suportar pela Sirplaste só nessa data serão debitados. Refere a Administração da empresa no seu Anexo que foi tomada a decisão de não reconhecer esses custos de desmantelamento e remoção do item no custo inicial do ativo fixo tangível.

Segundo o que determina a NCRF7 no seu parágrafo 17, o custo inicial de um item do ativo fixo tangível compreende quer o seu preço de compra, quer quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias ao seu correto funcionamento. Será igualmente imputável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

Importa neste caso avaliar o impacto nos resultados da empresa caso esta tivesse optado por reconhecer os custos de desmantelamento e remoção do item como custo inicial do ativo fixo tangível.

Perante esta hipótese será necessário fazer uma estimativa do valor do custo de desmantelamento no final do período, sendo que a melhor estimativa é a quantia que uma entidade racionalmente pagaria para liquidar a obrigação à data do balanço ou para a transferir para uma terceira parte nesse momento.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro deverão ser determinadas por julgamentos e completados pela experiência de transações semelhantes.

Neste caso a estimativa inicial dos custos de desmantelamento equivalem apenas a uma única obrigação daqui a 5 anos, liquidar os custos com o desmantelamento da máquina. Sendo assim o que a NCRF 21 no seu parágrafo 36 menciona

relativamente aos custos do desmantelamento no final do período é que estes devem ser estimados de acordo com a melhor estimativa e esta é a quantia que uma entidade racionalmente pagaria para liquidar a obrigação à data do balanço ou para a transferir para uma terceira parte nesse momento.

Tendo em conta que o método do valor esperado é aceite pela NCRF21-Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, como o método mais adequado, então para efeito de cálculo deve ter-se em conta o valor da estimativa, a taxa de desconto e o número de anos estimados.

O custo suportado com a aquisição do equipamento foi de Eur.76.360. Após uma breve abordagem junto da entidade sobre a expectativa futura dos custos a suportar com o desmantelamento da máquina foi transmitido que em 2010 o fornecedor em questão cobrava por desmantelar este tipo de equipamento o montante de Eur.5.500.

O valor da estimativa deve refletir o efeito da taxa de inflação, segundo dados do Banco de Portugal a taxa de inflação para 2012 deve rondar os 3,3%.

Sendo assim e aplicando a regra de cálculo:

$$\text{Valor da Estimativa} = \text{Capital} \times (1 + \text{Tx. Inflação})^n$$

Estima-se que o custo de desmantelamento seja de Eur.6.469.

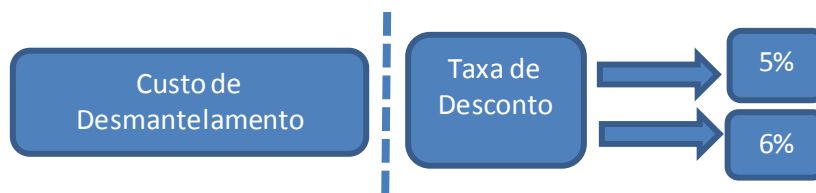
Relativamente à taxa de desconto e uma vez que a Sirplaste não é cotada em bolsa é de difícil aplicação a taxa de desconto tendo em conta os valores de mercado do capital próprio. Neste caso será mais viável a utilização para os cálculos da taxa de custo do capital alheio. Partindo do custo histórico efetivo do financiamento anterior obtido pela empresa em análise e comparando-o com a taxa de mercado contemporânea, para empréstimos com a mesma duração, 5 anos, determina-se por diferença, o prémio pago pela empresa, como compensação pelo seu risco e pela falta de liquidez da dívida.

A empresa tem dois financiamentos em curso, ambos com características similares a decorrer em duas instituições bancárias distintas sendo que as taxas são diferentes.

Com uma instituição negociou-se uma taxa de 5% e na outra 6%.

Que decisão tomar e seus impactos. A figura XX esquematiza a tomada de decisão possível de ser tomada relativamente a taxa de desconto.

Figura 5.4: Taxa de desconto para efeitos de apuramento do custo de desmantelamento



O valor presente dos custos de desmontagem tendo em conta a taxa de desconto e a seguinte regra de cálculo

$$\text{Valor presente dos custos de desmontagem} = \frac{\text{Valor da Estimativa}}{(1+\text{Tx.Desconto})^n}$$

Será de Eur.5.069 para a taxa de desconto de 5%.

Será de Eur.4.834 para a taxa de desconto de 6 %.

Quanto maior a taxa de desconto a aplicar menor é o valor inicial imputado ao custo do item. Os resultados e capital próprio refletem progressivamente até ao exercício económico onde ocorre, o custo real do item (custo incorrido do desmantelamento). O impacto é inverso, ou seja, maiores custos logo resultados líquidos e capital próprio inferiores no início com um ajustamento progressivo até à data da real afetação do custo. Conforme pode constatar-se pela figura XPT.

Figura 5.5: O impacto anual das Taxas de Desconto

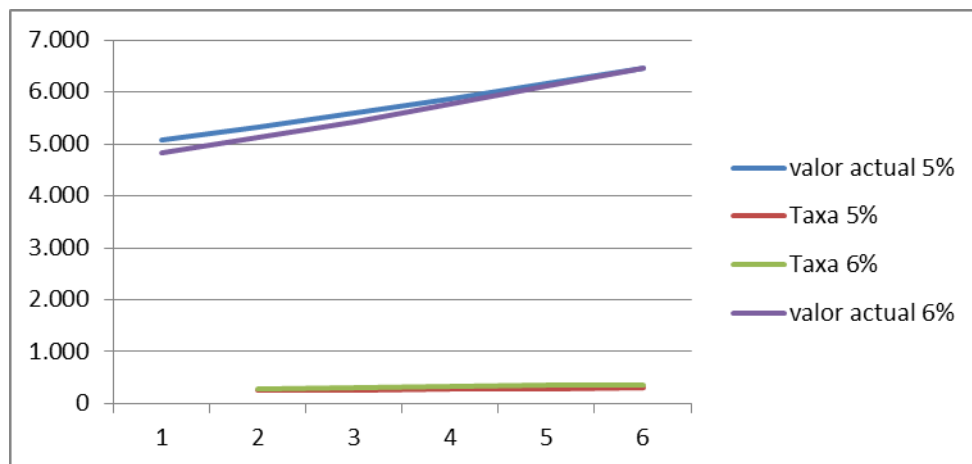
PERÍODOS	n	n+1	n+2	n+3	n+4	n+5
Custos de desmontagem	6469	6469	6469	6469	6469	6469
Taxa de actualização	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05
Anos de vida útil	5	4	3	2	1	0
Valor actual	5.069	5.322	5.588	5.868	6.161	6.469
Gasto financeiro anual	0	253	266	279	293	308

PERÍODOS	n	n+1	n+2	n+3	n+4	n+5
Custos de desmontagem	6469	6469	6469	6469	6469	6469
Taxa de actualização	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06
Anos de vida útil	5	4	3	2	1	0
Valor actual	4.834	5.124	5.431	5.757	6.103	6.469
Gasto financeiro anual	0	290	307	326	345	366

Fonte: Autor

E graficamente se expressa na Figura 5.6

Figura 5.6: Análise Gráfica das Diferentes Taxas



Fonte: Autor

Constata-se que as linhas representativas dos gastos financeiros anuais quase se sobrepõem dada a proximidade dos valores entre as duas taxas, o valor actual é superior para a taxa inferior ainda que os valores tendam no fim da vida útil a convergirem.

Analisando o impacto ao nível do balanço e da demonstração de resultados conclui-se que:

- i. Se forem reconhecidos no custo inicial do ativo os custos de desmantelamento e a taxa de desconto de 5%, a estimativa dos custos de desmantelamento cifra-se em Eur6.469, então o valor presente dos custos de desmontagem no montante de Eur5069 serão acrescidos ao valor do ativo fixo tangível deduzido do valor da depreciação.
- ii. Se forem reconhecidos no custo inicial do ativo os custos de desmantelamento e a taxa de desconto de 6%, a estimativa dos custos de desmantelamento cifra-se em Eur6.469. Então o valor presente dos custos de desmontagem no montante de Eur4834 serão acrescidos ao valor do ativo fixo tangível deduzido do valor da depreciação.

Considerando que a entidade adota o método de depreciação da linha reta e que aplicou a taxa específica da tabela anexa ao Decreto Regulamentar nº25/2009 de 14 de Setembro cuja taxa é 20%, o acréscimo no valor da depreciação do exercício será no montante de Eur.1014 para uma taxa de desconto de 5% e de Eur.967 para uma taxa de desconto de 6%, que gerará uma diminuição do resultado líquido do exercício que apresenta o valor de Eur229.579 no primeiro caso e de Eur.229.626 no segundo caso, como se pode ver na figura 5.7.

Figura 5.7: Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas: reconhecimento dos custos de desmantelamento e remoção do item no custo inicial do ativo fixo tangível

PERÍODO FINDO EM 31 DE Dezembro de 2011

RENDIMENTOS E GASTOS	HIPOTÉSES		
	H.2.1 - Reconhecimento dos custos de desmantelamento e remoção do item como gasto do exercício	H2.2- Reconhecimento dos custos de desmantelamento e remoção do item como custo inicial do ativo fixo tangível	
		Impacto Com Taxa 5%	Impacto Com Taxa 6%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-1.560.297	-1.561.311	-1.559.330
...			
Resultados operacional (antes de gastos financeiros e impostos)			
Juros e gastos similares suportados		=	=
Resultado antes de impostos	337.823	336.809	336.856
Imposto sobre o rendimento do período		=	=
Resultado líquido do período	230.593	229.579	229.626

Se forem reconhecidos no custo inicial do ativo os custos de desmantelamento e a taxa de desconto de 5%, o ativo passa a apresentar o valor de Eur20.270.863. O passivo regista um aumento no valor de Eur5069 correspondente ao valor da provisão de acordo com o que determina a NCRF21. O capital próprio diminui, refletido o aumento dos gastos com a depreciação cifrando-se o seu valor em Eur5.928.203.

Se forem reconhecidos no custo inicial do ativo os custos de desmantelamento e a taxa de desconto de 6%, o ativo passa a apresentar o valor de Eur20.270.675. O passivo regista um aumento no valor de Eur4834 correspondente ao valor da provisão de acordo com o que determina a NCRF21. O capital próprio diminui refletindo o aumento dos gastos com a depreciação cifrando-se o seu valor em Eur5.928.250.

Figura 5.8: Balanço: reconhecimento dos custos de desmantelamento e remoção do item no custo inicial do ativo fixo tangível

PERÍODO FINDO EM 31 DE Dezembro de 2011

RUBRICAS	HIPOTÉSES		
	H.2.1 - Reconhecimento dos custos de desmantelamento e remoção do item como gasto do exercício	H2.2- Reconhecimento dos custos de desmantelamento e remoção do item como custo inicial do ativo fixo tangível	
		Impacto Com Taxa 5%	Impacto Com Taxa 6%
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	11.284.359	11.288.414	11.288.226
(...)			
Total do Ativo	20.266.808	20.270.863	20.270.675
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
(...)			
Resultado Líquido do período	230.593	229.579	229.626
Total do Capital Próprio	5.929.217	5.928.203	5.928.250
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	0	5.069	4.834
(...)			
Total do Capital Próprio e Passivo	20.266.808	20.270.863	20.270.675

Os rácios de autonomia financeira e rentabilidade dos capitais próprios decrescem caso a entidade reconheça os custos de desmantelamento e remoção do item como custo inicial do ativo fixo tangível. O impacto seria tanto maior quanto menor for a taxa de desconto

Figura 5.9: Rácios: reconhecimento dos custos de desmantelamento e remoção do item no custo inicial do ativo fixo tangível

Rácios Financeiros	HIPOTÉSES		
	H.2.1 - Reconhecimento dos custos de desmantelamento e remoção do item como gasto do exercício	H2.2- Reconhecimento dos custos de desmantelamento e remoção do item como custo inicial do ativo fixo tangível	
		Impacto Com Taxa 5%	Impacto Com Taxa 6%
<i>Autonomia Financeira= Capital Próprio / Activo</i>	29,26%	29,24%	29,25%
<i>Rendibilidade dos capitais próprios = Resultado líquido do período / Capital próprio</i>	3,89%	3,87%	3,87%

5.3.3 - As políticas contabilísticas da Empresa: a alteração da vida útil do bem

O anexo à demonstração de resultados refere que as taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada, sendo que a vida útil de um bem é o período durante o qual uma entidade espera que um ativo esteja disponível para uso, ou o número de unidades de produção ou similares que uma entidade espera obter do ativo.

Figura 5.10: Anos de vida útil expressos no Anexo a Demonstração Financeiras

	Anos de vida útil
Edifícios e Outras Construções	5-20
Equipamento básico	4-8
Equipamento de Transporte	3-7
Ferramentas e utensílios	3-7
Equipamento administrativo	2-12
Outros ativos fixos tangíveis	1-4

Devida a circunstâncias variadas, essa expectativa poderá ser afetada. Sendo assim há que ter em conta em cada final de exercício um conjunto de situações, nomeadamente se a utilização do ativo sofreu alguma alteração na sua capacidade produtiva ou no seu desgaste, ou se o ativo sofreu uma eventual obsolescência técnica ou comercial, ou se se registaram quaisquer alterações aos limites legais do uso do ativo.

Caso tal ocorra as alterações serão contabilizadas como uma alteração numa estimativa contabilística.

A entidade não reconheceu para nenhum dos seus ativos fixos tangíveis ter indícios suficientes de que a sua utilização tenha sofrido alguma alterações na sua capacidade produtiva ou no seu desgaste. No entanto faz em nota de rodapé uma observação relativa a um equipamento produtivo: um guindaste. Refere que se

suspeita de uma obsolescência técnica que afetou o uso do ativo; no entanto como os técnicos especializados contratados para avaliação dessa anomalia ainda o não tinham comprovado, estavam a ser realizados testes técnicos e pequenos ajustamentos ao equipamento, por forma a garantir a sua eficiência produtiva ao mesmo nível dos valores estimados inicialmente aquando da aquisição do ativo. A administração da empresa optou por não revelar na contabilidade esta situação, não alterando a vida útil do bem.

Segundo a norma contabilística e de relato financeiro 7 parágrafo 51, a vida útil deve ser revista no final de cada ano financeiro se as expectativas diferirem das estimativas anteriores e essa alteração na estimativa contabilística será relevada tendo em conta o que determina a “NCRF4-Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros”. A natureza da revisão da estimativa não se relaciona com períodos anteriores e não é a correção de um erro, mas afeta o período em que ocorre a alteração e os futuros períodos.

Importa ponderar o impacto nas variáveis de estudo, caso essa alteração tivesse sido reconhecida.

O equipamento foi adquirido em 2010, o seu valor de aquisição foi de Eur.190.000. Foi depreciado à taxa em vigor pelo decreto regulamentar de 12,5% o que equivale a uma vida útil de 8 anos. Foi depreciado pelo método das quotas constantes (linha reta). O valor acumulado das depreciações é de Eur.23750.

Suponha-se que se reconhecia uma alteração da vida útil do ativo que passaria a ser de 6 anos.

O impacto nas depreciações anuais, mantendo-se o método das quotas constantes (linha reta) na depreciação do ativo é o apresentado na figura seguinte.

Figura 5.11: Alteração da vida útil do ativo: Depreciações anuais

Anos	1	2	3	4	5	6	7	8
Período	n-1	n	n+1	n+2	n+3	n+4	n+5	n+6
Vida útil 8 anos	23.750	23.750	23.750	23.750	23.750	23.750	23.750	23.750
Vida útil 6 anos	23.750	33.250	33.250	33.250	33.250	33.250	0	0

Com esta alteração na estimativa contabilística o valor das depreciações acresceriam anualmente afetando necessariamente o resultado líquido, em sentido descendente. Exceto no fim da vida útil do bem em que, caso não se tivesse alterado a vida útil do ativo, o ano sete e oito teriam ainda valor de depreciação.

O impacto na demonstração de resultados em 2011 seria o que se demonstra na figura seguinte:

Figura 5.12: Demonstração de Resultados: Alteração da vida útil do ativo

PERÍODO FINDO EM 31 DE Dezembro de 2011

RENDIMENTOS E GASTOS	HIPOTÉSES	
	H3.1 -Sem alteração da vida útil do ativo	H3.2 - Alteração da vida útil do ativo
(...)		
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-1.560.297	-1.569.797
Resultado antes de impostos	337.823	328.323
Imposto sobre o rendimento do período	=	=
Resultado líquido do período	230.593	221.093

O valor do ativo e capital próprio, decresceria, como se demonstra na figura seguinte:

Figura 5.13: Balanço: Alteração da vida útil do ativo

PERÍODO FINDO EM 31 DE Dezembro de 2011

RUBRICAS	HIPOTÉSES	
	H3.1-Sem alteração da vida útil do ativo	H3.2 - Alteração da vida útil do ativo
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	11.284.359	11.274.859
(...)		
Total do Ativo	20.266.808	20.257.308
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
(...)		
Resultado Líquido do período	230.593	221.093
Total do Capital Próprio	5.929.217	5.919.717
(...)		
Total do Capital Próprio e Passivo	20.266.808	20.257.308

Os rácios de autonomia financeira e de rendibilidade do capital próprio diminuiriam. Como se demonstra na figura seguinte:

Figura 5.14: Rácios: Alteração da vida útil do ativo

Rácios Financeiros	HIPOTÉSES	
	H3.1 -Sem alteração da vida útil do ativo	H3.2 - Alteração da vida útil do ativo
<i>Autonomia Financeira= Capital Próprio / Activo</i>	29,26%	29,22%
<i>Rendibilidade dos capitais próprios</i>		
<i>= Resultado líquido do período / Capital próprio</i>	3,89%	3,73%

5.3.4 - As políticas contabilísticas da Empresa: reconhecer o custo dos componentes, sobressalentes principais e equipamento de reserva

O anexo às demonstrações financeiras refere no ponto 5 os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações. Consta neste parágrafo uma nota de rodapé que alerta para o facto de a empresa relativamente ao custo dos componentes, sobressalentes principais e equipamentos de reserva, os ter reconhecido como ativo fixo tangível. Esse montante correspondeu ao valor de Eur.58.600.

O sobressalente em questão (“Fuso”) adquirido no exercício económico de 2011, é um sobressalente indispensável ao funcionamento da extrusora, sendo assim considerado como um sobressalente principal.

No entanto importaria a empresa questionar não apenas se o sobressalente é um sobressalente principal mas também ter em conta se a sua utilização aumenta o nível de desempenho originalmente avaliado.

Questionada a administração da entidade ela referiu que não aumenta o nível de desempenho mas sim apenas garante o mesmo nível de desempenho.

Neste pressuposto o custo do sobressalente principal deveria ter sido reconhecido como gastos do exercício em conservação e reparação.

Isso teria impacto nos gastos do exercício, os quais aumentariam por acréscimo dos fornecimentos e serviços externos e o valor das depreciações seria inferior. O resultado líquido no ano do consumo decresceria, conforme se demonstra na figura seguinte:

Figura 5.15: Demonstração de Resultados: reconhecer o custo dos componentes, sobressalentes principais e equipamento de reserva

PERÍODO FINDO EM 31 DE Dezembro de 2011

RENDIMENTOS E GASTOS	HIPOTÉSES	
	H4.1 -Reconhecer o custo do sobressalente principal como ativo fixo tangível	H4.2-Reconhecer o custo do sobressalente principal como Gasto do Exercício
(...)		
FSE	-3.380.331	-3.438.931
(...)		
Gastos/reversões de depreciação e de am	-1.560.297	-1.548.577
Resultado antes de impostos	337.823	290.943
Imposto sobre o rendimento do período	=	=
Resultado líquido do período	230.593	183.713

O ativo fixo tangível seria inferior bem como o capital próprio.

Figura 5.16: Balanço: reconhecer o custo dos componentes, sobressalentes principais e equipamento de reserva

PERÍODO FINDO EM 31 DE Dezembro de 2011

RUBRICAS	HIPOTÉSES	
	H4.1 -Reconhecer o custo do sobressalente principal como ativo fixo tangível	H4.2 -Reconhecer o custo do sobressalente principal como Gasto do Exercício
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis (...)	11.284.359	11.237.479
Total do Ativo	20.266.808	20.219.928
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
(...)		
Resultado Líquido do período	230.593	183.713
Total do Capital Próprio	5.929.217	5.882.337
(...)		
Total do Capital Próprio e Passivo	20.266.808	20.219.928

Os rácios de autonomia financeira e rendibilidade do capital próprio apresentam no curto prazo valores inferiores.

Figura 5.17: Rácios: reconhecer o custo dos componentes, sobressalentes principais e equipamento de reserva

Rácios Financeiros	HIPOTÉSES	
	H4.1 -Reconhecer o custo do sobressalente principal como ativo fixo tangível	H4.2 -Reconhecer o custo do sobressalente principal como Gasto do Exercício
<i>Autonomia Financeira= Capital Próprio / Activo</i>	29,26%	29,09%
<i>Rendibilidade dos capitais próprios = Resultado líquido do período / Capital próprio</i>	3,89%	3,12%

5.3.5 - As políticas contabilísticas da Empresa: mensuração após o reconhecimento: optar entre mensurar pelo Modelo do custo ou optar pelo Modelo de revalorização

Analisando o anexo as demonstrações financeiras e o mapa 32 das depreciações dos ativos fixos tangíveis, conclui-se que a entidade detém nos seus ativos um edifício cuja aquisição se reporta ao ano de 1997 e cujo valor de aquisição foi de Eur.109.735, tem vindo a ser depreciado pelo método das quotas constantes (linha reta) sendo o seu valor atual de Eur.27.433.

Este edifício encontra-se localizado numa zona industrial junto a cidade de Leiria.

A empresa não revalorizou o bem em questão ou seja o ativo não se encontra mensurado ao seu justo valor.

Solicitou-se a um avaliador profissionalmente qualificado e independente a reavaliação do imóvel. O justo valor atribuído foi de Eur.95.000.

A opção de valorização pelo modelo do justo valor implica significativos efeitos das demonstrações financeiras, quer ao nível dos capitais próprios, quer ao nível dos encargos com depreciações.

Através do modelo do justo valor, o aumento da quantia escriturada do ativo será reconhecido diretamente no capital próprio

O tratamento das depreciações acumuladas será eliminado contra a quantia escriturada bruta. Importando apurar o excedente de revalorização.

O cálculo do excedente é suportado pela seguinte regra

$$\text{Excedente de Revalorização} = \text{Justo valor} - \text{Quantia escriturada}$$

Sendo que o excedente de revalorização apurado será de Eur.67.567.

As depreciações futuras, resultantes desta revalorização, não são fiscalmente aceites como gasto pelo que terá de ser contabilizado um passivo por impostos diferidos correspondente ao produto do excedente de revalorização pela taxa do imposto (25% IRC + 1,5% Derrama= 26,5%). Neste caso será de Eur.17.905.

Analisados comparativamente os modelo do custo e da revalorização ao nível do resultado líquido não haverá qualquer impacto no exercício em que se procede ao ajustamento do valor do bem, conforme se apresenta na figura a baixo.

Figura 5.18: Demonstração de Resultados: Mensuração após o reconhecimento – Modelo do Custo e Modelo de Revalorização

RENDIMENTOS E GASTOS	HIPOTHESES	
	H5.1 -Modelo do Custo	H5.2 -Modelo de revalorização
(...) FSE	-3.380.331	=
(...) Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-1.560.297	=
Resultado antes de impostos	337.823	=
Imposto sobre o rendimento do período	=	=
Resultado líquido do período	230.593	230.593

Mas haverá impacto no período remanescente de vida útil do ativo que importa avaliar.

O período de vida remanescente estimado é de 6 anos. Mantendo o método das quotas constantes (linha reta) como política de depreciação. O valor da depreciação anual pelo modelo de custo será de Eur.5487 e pelo modelo da revalorização será de Eur.17.905.

A NCRF 25 refere que nos casos em que a entidade não pretenda alienar o ativo, a quantia escriturada revalorizada do ativo será recuperada pelo uso, o que gerará rendimento tributável que excede a depreciação que será permitida para finalidades tributáveis nos períodos futuros.

Sendo que o imposto será pago pela venda ou pelo uso de ativos semelhantes, sendo a respetiva tributação diferida nos casos de ganhos de capital se os proventos da alienação forem investidos em ativos semelhantes.

Por esta razão o valor a contabilizar como realização do excedente de revalorização nos 6 anos remanescentes de vida útil, caso este não seja alienado,

será de Eur.11.261 e o valor relativo a realização do excedente dos impostos diferidos será a quantia de Eur.2.984.

Esquemáticamente importa diferenciar o impacto dos dois modelos no período de vida remanescente: Conforme figura abaixo:

Figura 5.19: Impacto comparativo dos Modelos

Exercício económico	EFEITO NOS RESULTADOS			EFEITO NAS RESERVAS			TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		
	Modelo do Custo	Modelo de revalorização	Diferenças	Modelo do Custo	Modelo de revalorização	Diferenças	Modelo do Custo	Modelo de revalorização	Diferenças
Ate 2011	-82302	-82302	0	0	67.567	67.567	-82302	149.869	67.567
1	-5486	-15833	-10347	0	0	0	-5486	-15833	-10347
2	-5486	-15833	-10347	0	0	0	-5486	-15833	-10347
3	-5487	-15833	-10346	0	0	0	-5487	-15833	-10346
4	-5487	-15833	-10346	0	0	0	-5487	-15833	-10346
5	-5487	-15833	-10346	0	0	0	-5487	-15833	-10346
6	0	-15835	-15835	0	0	0	0	-15835	-15835
Total	-109735	-177302	-67567	0	67566,68	67566,68	-109735	54.869	0

Nota: Sem impacto refletido do efeito dos impostos diferidos

O excedente da revalorização é contabilizado em excedentes de revalorização em capital próprio e o valor correspondente aos diferimentos é contabilizado no passivo. O valor do ativo reflete o novo valor do ativo, que se encontra mensurado ao justo valor de mercado. O impacto no balanço encontra-se espelhado na seguinte figura:

Importa assim ter em conta que o impacto da escolha do modelo de mensuração subsequente ao reconhecimento terá efeitos nos resultados contabilísticos que por cumprimento do normativo deverão ser tidos em conta. No entanto as revalorizações não são aceites fiscalmente o que deverá ser refletido no apuramento do imposto a liquidar e por consequência no resultado líquido.

Figura 5.20: Balanço: Mensuração após o reconhecimento – Modelo do Custo e Modelo de Revalorização

PERÍODO FINDO EM 31 DE Dezembro de 2011

RUBRICAS	HIPOTÉSES	
	H5.1 -Modelo do Custo	H5.2 -Modelo de revalorização
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	11.284.359	11.351.926
(...)		
Total do Ativo	20.266.808	20.219.928
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
(...)		
Excedente de revalorização	0	49662
Resultado Líquido do período	230.593	230.593
Total do Capital Próprio	5.929.217	5.978.879
(...)		
Passivo corrente		
Diferimentos		17905
Total do Passivo	14.337.591	14.355.496
Total do Capital Próprio e Passivo	20.266.808	20.219.928

A entidade caso tivesse revalorizado o seu ativo, apresentaria um rácio autonomia financeira superior mas uma rendibilidade do capital próprio inferior.

Figura 5.21: Rácios: Mensuração após o reconhecimento – Modelo do Custo e Modelo de Revalorização

Rácios Financeiros	HIPOTÉSES	
	H5.1 -Modelo do Custo	H5.2 -Modelo de revalorização
<i>Autonomia Financeira = Capital Próprio / Activo</i>	29,26%	29,57%
<i>Rendibilidade dos capitais próprios = Resultado líquido do período / Capital próprio</i>	3,89%	3,86%

5.3.6 - As políticas contabilísticas da Empresa: reconhecer no custo do bem o valor de empréstimos diretamente contraídos

No anexo as demonstrações financeiras no parágrafo 20 a administração da entidade discrimina os financiamentos obtidos. Menciona ter contraído em 2011 um financiamento bancário, a taxa de 5,5%/Ano, no montante de Eur.1.125.000 para a construção do laboratório de controlo da qualidade. Iniciou a sua construção em Junho tendo suportado até Dezembro de 2011, gastos diretamente atribuíveis no valor de Eur.958.970.

A entidade refere que, como se trata de um ativo que se qualifica (uma vez que o período de tempo expectável para ficar concluída a construção e pronto o laboratório a funcionar e tendo em conta o que determina a norma 10 nos seus parágrafos 7 a 10, ou seja que os custos do empréstimo obtido como foram diretamente atribuíveis), foram capitalizados como parte do custo desse ativo .

Regra geral os custos de empréstimos obtidos devem ser reconhecidos como gasto do período em que sejam incorridos. Afetam desta forma os resultados e o capital próprio da entidade unicamente no exercício económico em que ocorrem na proporção desse custo. Avalia-se em seguida o impacto das duas decisões distintas: capitalizar o custo do empréstimo no custo do ativo ou não capitalizar o custo do empréstimo no custo do ativo

Importa referir que a capitalização dos custos dos empréstimos obtidos como parte de um ativo que se qualifica (incorporação desses custos no custo do ativo) teve início em Junho quando se realizarem dispêndios com o ativo qualificável.

O valor dos dispêndios e o cálculo do juro potencial capitalizável apresenta-se na seguinte figura:

Figura 5.22: Tabela de Calculo dos Juros do empréstimo capitalizável diretamente no ativo fixo tangível

Encargos Financeiros	total dos dispendios	Encargos Financeiros Taxa de 5%/Anual
Jun	46.200	2.329
Jul	87.550	4.013
Ago	113.500	4.682
Set	132.160	4.846
Out	142.560	4.574
nov	169.000	4.648
Dezembro	268.000	6.142
Total	958.970	31.233

No caso de não se reconhecer no custo do bem o valor do empréstimo, os encargos financeiros suportados com o empréstimo são reconhecidos como gastos financeiros na medida que ocorrem, influenciando o resultado líquido desses períodos. Apresenta-se na figura seguinte o impacto no ano 2011 o resultado líquido diminui.

Figura 5.23: Demonstração de Resultados: Capitalizar ou não capitalizar o custo do empréstimo no custo do ativo

PERÍODO FINDO EM 31 DE Dezembro de 2011

RENDIMENTOS E GASTOS	HIPOTHESES	
	H6.2 - Capitalizando o custo do empréstimo no custo do ativo	H6.1 -Não capitalizando o custo do empréstimo no custo do ativo
...		
Resultados operacional (antes de gastos financeiros e impostos)	546.781	=
Juros e gastos similares suportados	-208.958	-240.191
Resultado antes de impostos	337.823	306.590
Imposto sobre o rendimento do período	=	=
Resultado líquido do período	230.593	199.360

O valor do ativo e do capital próprio diminuem.

Figura 5.24: Demonstração de Resultados: Capitalizar ou não capitalizar o custo do empréstimo no custo do ativo

PERÍODO FINDO EM 31 DE Dezembro de 2011

RUBRICAS	HIPOTÉSES	
	H6.2 - Capitalizando o custo do empréstimo no custo do ativo	H6.1 - Não capitalizando o custo do empréstimo no custo do ativo
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis (...)	11.284.359	11.253.126
Total do Ativo	20.266.808	20.235.575
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
(...)		
Resultado Líquido do período	230.593	199.360
Total do Capital Próprio	5.929.217	5.897.984
Total do Capital Próprio e Passivo	20.266.808	20.235.575

O rácio de autonomia financeira e da rentabilidade do capital próprio serão tanto menores quanto maiores forem os gastos financeiros reconhecidos.

Figura 5.25: Rácios: Capitalizar ou não capitalizar o custo do empréstimo no custo do ativo

Rácios Financeiros	HIPOTÉSES	
	H6.2 -Capitalizando o custo do empréstimo no custo do ativo	H6.1 -Não capitalizando o custo do empréstimo no custo do ativo
<i>Autonomia Financeira= Capital Próprio / Activo</i>	29,26%	29,15%
<i>Rendibilidade dos capitais próprios = Resultado líquido do período / Capital próprio</i>	3,89%	3,38%

5.3.7 - As políticas contabilísticas da Empresa impactos gerais nos resultados

Importa assim de forma resumida avaliar o impacto das políticas contabilísticas na tomada de decisão de gestão.

O impacto das diferentes políticas é expresso tendo em conta três cenários possíveis: o cenário adotado pela própria empresa, o cenário que potencia o resultado líquido e o cenário em que se minimiza o resultado líquido.

Apresenta-se quadro resumo na figura 5.26

Figura 5.26: Quadro Resumo das Políticas Contabilísticas

	Ferramentas	Custos de desmantelamento e remoção do item	Alteração da vida útil do bem	Reconhecimento do custo do sobressalente principal	Mensuração após o reconhecimento	Reconhecer no custo do bem o valor de empréstimos diretamente contraídos
Cenário da Empresa	H1.1	H2.1	H3.1	H4.1	*	H6.2
Cenário que Potencia o Resultado Líquido	H1.2	H2.1	H3.1	H4.1	*	H6.2
Cenário que minimiza o Resultado Líquido	H1.1	H2.2	H3.2	H4.2	*	H6.1

Sendo que

H1.1 – Reconhecer o custo das ferramentas como gasto do exercício

H1.2- Reconhecer o custo das ferramentas como ativo fixo tangível

H2.1 – Reconhecer os custos de desmantelamento como gasto do exercício

H2.2- Reconhecer os custos de desmantelamento como ativo fixo tangível

H3.1- A vida útil dos ativos fixos tangíveis não ser alterada

H3.2 - A vida útil dos ativos fixos tangíveis ser alterada

H4.1 – Reconhecer o custo do sobressalente principal como ativo fixo tangível

H4.2- Reconhecer o custo do sobressalente principal como gasto do exercício

H5.1- Mensuração do ativo fixo tangível: pelo modelo do custo

H5.2 - Mensuração do ativo fixo tangível: pelo modelo de revalorização

H6.1 - O valor de empréstimo diretamente contraído: não ser capitalizado no custo do ativo

H6.2 – O valor de empréstimo diretamente contraído: ser capitalizado no custo do ativo

* Sem impacto

E quantifica-se no quadro da Figura 5.27 o impacto das diferentes políticas contabilísticas nos três cenários, tendo em conta as variáveis de estudo.

Figura 5.27: Quadro valorizado das Políticas Contabilísticas por cenários

	Resultado Líquido	Ativo	Capital Próprio	Passivo	Autonomia Financeira	Rendibilidade do Capital Próprio
Cenário da Empresa	230.593	20.266.808	5.929.217	14.337.591	29,26%	3,89%
Cenário que Potencia o Resultado Líquido	265.806	20.293.218	5.955.627	14.337.591	29,35%	4,46%
Cenário que minimiza o Resultado Líquido	173.199	20.183.251	5.840.591	14.342.660	28,94%	2,97%

A empresa durante o exercício económico de 2011 optou por reconhecer o custo das ferramentas como gasto do exercício; por reconhecer os custos de desmantelamento como gasto do exercício; por não alterar a vida útil dos ativos fixos tangíveis; por reconhecer o custo do sobressalente principal como ativo fixo tangível; sabemos que procedeu a mensuração dos ativos fixos tangíveis pelo modelo do custo e que o valor de empréstimo diretamente contraído foi capitalizado no custo do ativo.

O impacto no resultado líquido foi de Eur.230.593, no ativo de Eur.20.266.808, no capital próprio de Eur.5.929.217 no passivo de Eur.14.337.591; o rácio da autonomia financeira apresentou o valor percentual de 29,26 e a rendibilidade do capital próprio apresentou o valor percentual de 3,89.

Caso de potenciasses o resultado líquido as políticas adotadas seriam: reconhecer o custo das ferramentas como ativo fixo tangível; reconhecer os custos de desmantelamento como gasto do exercício; não se alteraria a vida útil dos ativos fixos tangíveis; reconhecer o custo do sobressalente principal como gasto do exercício; reconhecer o custo do sobressalente principal como gasto do exercício; O valor de empréstimo diretamente contraído seria capitalizado no custo do ativo.

O impacto gerado nos resultados seria quantificado nestes termos: resultado líquido Eur.265.806, o valor do ativo seria de Eur.20.293.218, o valor do capital próprio seria de Eur. 5.955.627, o passivo de Eur.14.337.591. O rácio da autonomia financeira apresentaria o valor percentual de 29,35 e a rendibilidade do capital próprio apresentaria o valor percentual de 4,46.

No cenário de minimização do resultado líquido as políticas a adotar seriam: reconhecer o custo das ferramentas como gasto do exercício; reconhecer os custos de desmantelamento como ativo fixo tangível; a vida útil dos ativos fixos tangíveis seria alterada; o custo do sobressalente principal seria reconhecido como ativo fixo tangível e o valor de empréstimo diretamente contraído não seria capitalizado no custo do ativo

O impacto gerado nos resultados seria quantificado nestes termos: resultado líquido Eur.173.199, o valor do ativo seria de Eur 20.183.251, o valor do capital próprio seria de Eur.5.840.591, o passivo de Eur.14.342.660. O rácio da autonomia financeira apresentaria o valor percentual de 28,94 e a rentabilidade do capital próprio apresentaria o valor percentual de 2,97.

Capítulo 6 CONCLUSÕES

O propósito desta dissertação é o de se concluir, se:

“A contabilização dos ativos fixos tangíveis de acordo com o SNC, trará ou não impactos para a gestão?”

Na segunda parte deste trabalho, expôs-se algumas das controvérsias que têm vindo a ser suscitadas sobre a aplicabilidade do normativo e seus impactos.

Em seguida foram identificadas as diversas hipóteses possíveis de contabilização de acordo com o normativo relativo aos ativos fixos tangíveis, sendo estabelecidas as relações causa/efeito entre as variáveis em estudo.

Apresenta-se quadro resumo das conclusões obtidas:

Figura 6.1: Quadro Síntese

		RL	A	CP	P	AF	RCP	TEM IMPACTO AO NÍVEL DA GESTÃO	
Gasto com a aquisição de ferramentas		H1.1 – Reconher como gasto do exercício	<	*	<	*	<	SIM	
		H1.2 – Reconhecer como ativo fixo tangível	>	>	>	*	>		
Custo de desmantelamento e remoção do item	ANO DE AQUISIÇÃO	H2.1 – Reconhecido como gasto do exercício (no momento em que ocorre ou seja período posterior ao da aquisição)	>	*	>	*	>	SIM	
		H2.2- Reconhecido no custo inicial do ativo fixo tangível	<	>	<	>	<		
Custo de desmantelamento e remoção do item	ANO DO RECONHECIMENTO (POSTERIOR)	H2.1 – Reconhecido como gasto do exercício (no momento em que ocorre ou seja período posterior ao da aquisição)	<	*	<	*	<	SIM	
		H2.2- Reconhecido no custo inicial do ativo fixo tangível	>	*	>	*	>		
Proceder a alteração da vida útil do bem		H3.1- Não alterar a vida útil dos ativos fixos tangíveis	>	>	>	>	>	SIM	
		H3.2- Alterar a vida útil dos ativos fixos tangíveis	<	<	<	<	<		
Reconhecer o custo dos componentes, sobressalentes principais e equipamento de reserva		H4.1 – Reconhecer esse custo como ativo fixo tangível	>	>	>	*	>	SIM	
		H4.2- Reconhecer esse custo como gasto do exercício	<	<	<	*	<		
Mensuração após o reconhecimento		H5.1- Pelo modelo do custo	>	<	<	*	<	SIM	
		H5.2 - Pelo modelo de revalorização	<	>	>	>	<		
Reconhecer no custo do bem o valor de empréstimos diretamente contraídos		H6.1 - Não capitalizando o custo do empréstimo no custo do ativo	<	*	<	>	<	SIM	
		H6.2 – Capitalizando o custo do empréstimo no custo do ativo	>	>	>	*	>		
Legenda:									
>	Maior impacto								
<	Menor Impacto								
*	Sem reflexo								

Fonte: Autor

6.1 - Conclusões Finais

6.1.1 - O gasto com a aquisição de ferramentas

Ao tomar a decisão de reconhecer o gasto com a aquisição de ferramentas ou *como gasto do exercício* ou como *ativo fixo tangível*, importa constatar que essa decisão terá impacto direto nos resultados quer a curto quer a medio prazo.

Ter em conta a estratégia da empresa implica neste caso ponderar a oportunidade da decisão influenciar diretamente os gastos de um só exercício económico correspondente ao ano de aquisição ou o desse gasto vir a ser diferido na contabilidade durante a vida útil estimada do ativo, refletindo nesse caso equilíbrio entre gastos e benefícios económicos estimados.

Se, se vier a reconhecer o gasto com a aquisição de ferramentas como ativo, importa reter que a autonomia financeira, bem como a rendibilidade dos capitais próprios da empresa, se todas as outras variáveis se mantiverem constantes (é neste pressuposto que ocorre a presente análise), aumentará no ano da aquisição, o que pode estrategicamente favorecer a capacidade negocial junto das instituições financeiras e satisfazer os sócios/acionistas da empresa. O valor patrimonial dos ativos será superior, bem como o capital próprio. O revés ocorre nos anos subsequentes.

Analise-se o efeito ao nível da tomada de decisão de investimento numa dada entidade, no caso de o decisor estar perante duas realidades empresariais em tudo idênticas, mas em que as entidades optaram por práticas contabilísticas distintas.

A empresa que opte por reconhecer o gasto com a aquisição de ferramentas *como gasto do exercício*, no ano de aquisição, apresenta valores patrimoniais em ativos fixos tangíveis inferiores comparativamente à empresa que reconhecer o gasto com a aquisição de ferramentas como *ativo fixo tangível*. O resultado líquido nesse ano será inferior. Os valores dos seus capitais próprios serão inferiores. Os

rácios de autonomia financeira e rendibilidade dos capitais próprios apresentarão performances inferiores.

Perante estes valores a entidade que reconhecer o gasto com a aquisição de ferramentas como ativo fixo tangível apresentará uma maior rendibilidade e um valor em ativo mais atrativo.

Nos anos subsequentes os valores seriam progressivamente ajustados, na empresa que reconhecer o gasto com a aquisição de ferramentas como ativo fixo tangível, para que o benefício económico do ativo venha a ser compensado tendo em conta o seu custo. Os resultados seriam por este motivo menos favoráveis por força dos gastos com depreciações.

Ou seja a decisão de investir, numa ou noutra entidade, tendo em conta apenas esta hipótese de estudo e as variáveis em análise, poderá estar condicionada pelo momento em que o investidor analisar as demonstrações financeiras, se no ano de aquisição se nos anos subsequentes.

6.1.2 - Os custos de desmantelamento e remoção do item

O gestor no que se refere à mensuração dos custos de desmantelamento e remoção do item no custo inicial do ativo, terá de ter em conta que, caso opte por reconhecer esse custo, embora no ano de aquisição os custos aumentem e os resultados, conseqüentemente desçam, os rácios de autonomia e rendibilidade apresentem valores menos expressivos, o valor patrimonial da empresa aproxime-se mais do seu real valor. E os resultados serão ajustados progressivamente até à data da real afetação do custo.

Se optar por não reconhecer a provisão da estimativa do custo de desmantelamento no custo inicial do ativo, no ano de aquisição os resultados serão mais positivos, no entanto reconhecer o custo apenas quando ocorrer o custo efetivo, implica não existir equilíbrio entre gastos e benefícios económicos.

O gestor deve ter presente que qualquer previsão acarreta desde logo um elevado subjetivismo mas que a melhor estimativa é a quantia que uma entidade racionalmente pagaria para liquidar a obrigação à data do balanço ou para a transferir para uma terceira parte nesse momento. E que as estimativas do desfecho e do efeito financeiro deverão ser determinadas por julgamentos, e completados pela experiência de transações semelhantes.

Deve também ter como referencia que o cálculo da taxa de desconto afetará os resultados, quanto maior a taxa de desconto a aplicar, menor é o valor inicial imputado ao custo do item, com impacto direto nos resultados que apresentam uma melhoria.

Deve também ter presente que a melhor taxa de referência, dada a impossibilidade de recurso aos valores de mercado do capital próprio para empresas não cotadas em bolsa, será o valor de mercado do capital alheio. Para efeitos da sua estimativa deverá partir do custo histórico efetivo do financiamento anterior obtido pela empresa e comparar com a taxa de mercado em vigor no momento para empréstimos com a mesma duração, e determinar por diferença, o prémio pago pela empresa, como compensação pelo seu risco e pela falta de liquidez da dívida.

A decisão que possa ser tomada ao nível da mensuração dos custos de desmantelamento e remoção do item no custo inicial do ativo terá implicações nos resultados quer a curto, quer a médio prazo, no caso de o decisor estar perante duas realidades empresariais em tudo idênticas, mas em que as entidades optaram por práticas contabilísticas distintas.

Se a análise incidir no ano do reconhecimento das estimativas, *reconhecimento dos custos de desmantelamento e remoção do item como custo inicial do ativo fixo tangível*, a empresa que o reconheça apresenta uma menor rendibilidade, passivo superior, resultado líquido inferior, mas o valor em ativos é superior.

Ao invés, no ano do reconhecimento do custo, os resultados serão superiores, o capital próprio superior. O diferencial em ativo dilui-se bem com no passivo.

Ou seja a decisão de investir, numa ou noutra entidade, tendo em conta apenas esta hipótese de estudo e as variáveis em análise, também será condicionada pelo momento em que o investidor analisar as demonstrações financeiras, se no ano de aquisição se nos anos subsequentes.

Importa também concluir que caso a expectativa de que o período durante o qual uma entidade espera que um ativo esteja disponível para uso ou o número de unidades de produção ou similares que uma entidade espera obter do ativo seja alterada, então a vida útil estimada deverá ser contabilizada como uma alteração numa estimativa contabilística.

6.1.3 - O período de vida útil do ativo

O período de vida útil do ativo será alterado e terá impacto nos resultados.

Um aumento do período de vida útil reduzirá o custo com as depreciações afetas ao período de vida remanescente. Refletindo-se diretamente nos resultados, que tendem a aumentar por redução dos custos. O capital próprio espelha de forma mais real a utilidade dos ativos.

Relativamente à estratégia da empresa do ponto de vista dos gastos, o gestor terá de ponderar no impacto que uma alteração da vida útil do bem acarreta com efeito direto na rubrica de gastos, pois os resultados são afetados descendentemente no período remanescente estimado, mas deixará de ocorrer nos períodos subsequentes à estimativa de vida útil inicial.

A decisão a tomar deverá igualmente ter em vista a imagem verdadeira e apropriada que se pretende espelhar com as demonstrações financeiras.

O valor patrimonial da empresa será tanto mais próximo da realidade quanto mais próximo estiverem do seu real valor de mercado.

Analise-se o efeito ao nível da tomada de decisão de investimento numa dada entidade, no caso de o decisor estar perante duas realidades empresariais em tudo idênticas, mas em que as entidades optaram por práticas contabilísticas distintas.

Uma empresa que opte por efetuar uma alteração da vida útil estimada remanescente apresentará um resultado líquido inferior, bem como o valor do ativo e do capital próprio os quais refletem o acréscimo do gasto com depreciações. A rendibilidade do capital próprio e a autonomia financeira será inferior.

A decisão de investir, numa ou noutra entidade, tendo em conta apenas esta hipótese de estudo e as variáveis em análise, poderá estar condicionada pelo momento em que o investidor analisar as demonstrações financeiras.

O gestor deverá ter estes fatores em conta nas suas análises financeiras e tanto quanto possível avaliar fisicamente a obsolescência dos ativos referenciados nas demonstrações financeiras no momento da tomada de decisão do seu investimento.

Alterar a vida útil estimada de um dado ativo, depende se a sua utilização gerou alguma alteração na sua capacidade produtiva, ou seja, se ocorreu algum desgaste capaz de reduzir a sua capacidade de gerar quaisquer benefícios económicos futuros para a entidade, ou se ocorreu alguma obsolescência técnica ou comercial do ativo, ou se existiram quaisquer alterações aos limites legais do uso do ativo.

É fundamental pois para proceder a alterações à vida útil que ocorram alguns pressupostos a fim de espelhar de forma verdadeira e útil a informação financeira ao dispor dos seus utilizadores. O valor patrimonial da entidade será diferente mas mais próximo do seu real valor de mercado, o que permitirá respeitar o princípio da comparabilidade e da fiabilidade.

6.1.4 Os custos com a aquisição de sobressalentes

Conclui-se também que ao tomar a decisão de reconhecer os custos com a aquisição de sobressalentes ou em ativos ou em gastos do exercício, a decisão também terá impacto nos resultados quer a curto, quer a medio prazo.

Na hipótese de se tratar de sobressalentes e equipamentos de serviço mas que não são utilizados em ligação com o ativo fixo tangível, então o custo é reconhecido em gastos do exercício quando consumido; caso sejam utilizados em ligação com o ativo então o custo poderá ser reconhecido como ativo.

Importa ao gestor avaliar se os sobressalentes principais e equipamentos de reserva podem ser usados por mais do que um período, se aumentam o nível de desempenho originalmente avaliado e se trarão benefícios económicos futuros para a entidade, caso tal ocorra, podem ser classificados como ativos fixos tangíveis. Caso tal situação não ocorra serão reconhecido em gastos do exercício.

No apoio à tomada de decisão importa reconhecer a existência de argumentos ao nível, por exemplo, das capacidades técnicas e suas reais performances. O gestor pode recorrer a manuais técnicos ou a pareceres de especialistas ou pela sua experiência em aquisições e performances obtidas no passado fazer juízos de valor relativamente as suas expectativas de benefícios futuros e de utilidade esperada. Note-se que todos argumentos são válidos desde que sustentados num qualquer parecer o qual deverá ser divulgado no anexo.

Os indicadores financeiros que serão objeto de análise pelos utentes das demonstrações financeiras sofrem alterações mediante a decisão de reconhecer ou não o custo dos componentes, sobressalentes principais e equipamento de reserva em ativos.

Caso os custos com a aquisição de sobressalentes sejam reconhecidos como ativos o resultado liquido e indicadores como autonomia financeira e rendibilidade dos capitais próprios apresentam no curto prazo melhores resultados,

comparativamente à decisão de reconhecer os custos no exercício económico da aquisição em conservação e reparação. Nos anos subsequentes, durante a vida útil estimada, os resultados serão inversos, porque é necessário depreciar o ativo contabilizando-se gastos com depreciação.

Analise-se o efeito ao nível da tomada de decisão de investimento numa dada entidade, no caso de o decisor estar perante duas realidades empresariais em tudo idênticas, mas em que as entidades optaram por práticas contabilísticas distintas no reconhecimento do custo dos componentes, sobressalentes principais e equipamento de reserva.

Dependendo do período em que se efetue a análise comparativa entre entidades as interpretações dos dados financeiros expurgados das demonstrações financeiras será distinta.

Relativamente a custos com inspeções, ou assistências diárias a norma contabilística e de relato financeiro 7, nos seus parágrafos 13 a 15 refere que, quando cada inspeção importante for efetuada, o seu custo é reconhecido na quantia escriturada do item do ativo fixo tangível como substituição se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Qualquer quantia escriturada remanescente do custo da inspeção anterior (distinta das peças físicas) é desreconhecida. Quando o valor da inspeção não é conhecido, poder-se-á estimar o respetivo valor recorrendo a inspeções semelhantes.

De salientar que os valores de assistências diárias deverão ser levados a resultados, ou seja, não serão considerados como ativo fixo tangível.

O impacto ao nível dos resultados, será em tudo idêntica ao mencionado anteriormente.

6.1.5 - Modelo de mensuração subsequente ao reconhecimento

Relativamente a questão do justo valor, a quantia pela qual um ativo pode ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não exista relacionamento entre elas, importa reter que sendo algo que tem preocupado os investidores da contabilidade e dos organismos internacionais da contabilidade, designadamente o IASC (International Accounting Standard Committee). O facto de o normativo determinar que a sua utilização depende de pareceres de técnicos avalistas o que implica custos adicionais ou da existência de mercados idênticos, tem na realidade vindo a limitar a sua utilização.

Importa ter em conta que o impacto da escolha do modelo de mensuração subsequente ao reconhecimento, terá efeitos nos resultados e que as revalorizações ao justo valor não são aceites fiscalmente o que deverá ser refletido no apuramento do imposto a liquidar.

Uma entidade que opte por revalorizar os seus ativos, apresentará um valor de ativo, de capital próprio e uma autonomia financeira superior mas uma rendibilidade do capital próprio inferior.

Importa recordar que de acordo com a estrutura conceptual parágrafo 12, que o objetivo das demonstrações financeiras, consiste em proporcionar informação acerca da posição financeira que seja útil a um vasto leque de utentes e tendo presente que o justo valor de mercado é a quantia pela qual um ativo pode ser trocado entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não exista relacionamento entre elas.

Dir-se-á que valorizar os ativos ao justo valor permite refletir nas demonstrações financeiras valores mais próximos do seu real valor. Ainda que seja polémica essa valorização, desde que devidamente comprovada ou por avalistas credenciados ou por informação disponível por se tratar de mercados de itens idênticos, ela é verdadeira já que o valor dos ativos ficará mais próximo do seu real valor.

Outra conclusão a ter em conta é que ao ser tomada a decisão de reconhecer os custos com empréstimos diretamente contraídos ou em ativos ou em custos financeiros, essa decisão terá impacto direto nos resultados.

O impacto destes gastos caso se opte por incluir em ativos tangíveis em curso será igualmente acrescido dos encargos financeiros até que substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível esteja pronto para uso.

6.1.6 - A capitalização dos custos dos empréstimos

A capitalização dos custos dos empréstimos deve cessar quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas. Nesse momento o ativo deve ser desreconhecido como ativos fixos em curso e contabilizado como ativo fixo tangível e iniciar a sua depreciação. O valor a depreciar será superior caso tivesse sido reconhecido como ativo fixo e o custo dos empréstimos tivesse sido de imediato considerado em gastos financeiros. O que significa que o impacto nos resultados se manifestará também a médio prazo.

O resultado líquido, os rácios de rentabilidade e autonomia financeira serão superiores, nos exercícios económicos em que o ativo esteja em curso e estejam a ser capitalizados os custos com os empréstimos diretamente a ele associado. Nos anos subsequentes o valor das depreciações serão superiores e o resultado líquido reflète esse aumento de gastos. Este impacto será tido em conta aquando da tomada de decisão de se reconhecer no custo do bem o valor de empréstimos diretamente contraídos.

Analise-se o efeito ao nível da tomada de decisão de investimento numa dada entidade, no caso de o decisor estar perante duas realidades empresariais em tudo idênticas, mas em que as entidades optaram por práticas contabilísticas distintas.

A empresa que opta por reconhecer no custo do bem o valor de empréstimos diretamente contraídos enquanto o ativo estiver reconhecido como ativo em curso e a serem capitalizados os custos com os empréstimos diretamente a ele

associados, serão superiores aos resultados da empresa que opta por não reconhecer no custo do bem o valor de empréstimos diretamente contraídos. Mas no momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas e este passe a ser reconhecido como ativo fixo tangível e seja depreciado, os gastos da empresa que opta por reconhecer no custo do bem o valor de empréstimos diretamente contraídos, serão superiores a empresa que aos resultados da empresa que opta por não reconhecer no custo do bem o valor de empréstimos diretamente contraídos.

O investidor que pretenda tomar a decisão de investir deverá para o efeito analisar quer as demonstrações das entidades quer o anexo onde estará divulgado este tipo de decisão contabilística e não deverá tomar esta variável como ponto de diferenciação, na sua tomada de decisão. Pode porém ter em conta que a empresa que opta por reconhecer no custo do bem o valor de empréstimos diretamente contraídos tem espelhado de forma mais apropriada, o custo benefício do ativo.

Em suma, após a análise efetuada perante os possíveis casos e diferentes práticas contabilísticas, concluiu-se que efetivamente existe impacto ao nível do aumento ou da redução do montante das variáveis em análise.

Que essas variações têm impacto na tomada de decisões de gestão de uma empresa.

Ficou também demonstrado que existe diferenciação entre empresas, que partindo de uma mesma realidade, optem por políticas contabilísticas distintas, e que isso terá impactos no momento da tomada de decisão do gestor, nomeadamente no momento de escolha do seu investimento.

Os resultados apresentados sustentam a questão de estudo e conclui-se que: *A contabilização dos ativos fixos tangíveis de acordo com o SNC, traz impactos para a gestão.*

6.2. – Perspetivas de Investigação Futura

Este estudo propõe duas importantes contribuições: a primeira reside no facto de permitir concluir que existe impacto direto nos resultados e património da empresa mediante as práticas contabilísticas adotadas pelos utilizadores do sistema de normalização contabilística. A segunda avalia esse impacto na tomada de decisão do gestor, quer ao nível de uma só entidade e seus resultados, quer quando este compara e analisa um conjunto de entidades com práticas contabilísticas distintas.

Não se trata de um estudo isento de limitações na medida em que os dados e os cenários são recriados na ótica do normativo e de quem o interpreta, o que desde logo reserva em si mesmo a subjetividade da decisão.

Relativamente a mensuração, ainda que se quantifica o impacto nas demonstrações financeiras e no relato financeiro, poder-se-ia ter analisado infinitos cenários por conjugação de todas as combinações possíveis mas dada a complexidade de tal abordagem seria interessante fazer-se no futuro tal investigação.

Seria interessante igualmente realizar um inquérito junto dos técnicos de contas e empresários para avaliação da perceção que estes intervenientes possam ter relativamente ao objeto de estudo deste trabalho.

Seria também importante mensurar o impacto das decisões no universo empresarial concreto e com dados reais.

Gostaria de deixar em aberto a possibilidade de realização de estudo idêntico para outras normas contabilísticas e de relato financeiro deste normativo dado a subjetividade de todo o sistema de normalização contabilístico.

BIBLIOGRAFIA

Borges, A., R. Azevedo e R. Rodrigues (2007) *Elementos de contabilidade geral*, 2ª edição, Lisboa : Áreas Editora.

Bernstein, P. (1997) *Desafio aos Deuses: A fascinante História do Risco*. (Texto adaptado apresentado na cadeira de Sistemas Decisionais/Teoria dos Jogos do Mestrado em Gestão Empresarial em 2009). Rio de Janeiro.

Cravo, D. J. S. (1991) *Considerações em torno do Paradigma da Utilidade*, Atas das IV Jornadas de Contabilidade; ISCAA. Aveiro. Portugal, 303-322.

Cravo, D., C. Grenha, L. Baptista e S. Pontes (2009) *Anotações ao Sistema de Normalização Contabilística*, Ed. CTOC-Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas.

D' Auria, F. (1969) *Tendências Positivas da Contabilidade e a Obra Primeiros Princípios da Contabilidade*, Revista de Contabilidade e Comércio n.º 143, Vol. XXXVI, 8.

Decreto-Lei nº1590/2009 de 13 de Julho, Alterações ao Código do IRC.

Decreto-Lei 158/2009, de 13 de Julho, Aprovação SNC.

Decreto-Lei 310/2009 de 26 de Outubro, Estatuto da Ordem Técnicos de Oficiais de Contas.

Diário da República nº 173, Série II de 07 de Setembro; Aviso nº15653/2009, Normas Interpretativas.

Diário da República nº 173, Série II de 07 de Setembro, Aviso nº15654/2009, Norma Contabilística e de Relato Financeiro Para Pequenas Entidades.

Diário da República nº 173, Série II de 07 de Setembro, Aviso nº15655/2009, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Diário da República nº173, Série I Portaria nº986/2009, Modelo das Demonstrações Financeiras.

Diário da República nº173, Série I Portaria nº1011/2009, Código de Contas.

Domingos, C. (2010) *A importância da estrutura conceptual no contexto do novo Sistema de Normalização Contabilística*, Revista da Ordem dos Técnicos de Contas, Ano X Janeiro 2010, 15-20.

Diário da República nº 173, Série II de 07 de Setembro; Aviso nº15652/2009, Estrutura Conceptual.

Ferreira, R. F. (2010) *Comentário às NIC*, Revista da Ordem dos Técnicos de Oficinas de Contas, Ano X Janeiro, 53-58.

Fernandes, P.F. M. (2007), *O Impacto da Entrada em Vigor das IFRS na Gestão dos Resultados: A Experiência Ibérica*, Tese de Mestrado em Ciências Empresariais – Especialização em Finanças, Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

FERNANDES, F. R. (1984), *Normalização Contabilística*, Ed. Livraria Arnado, Coimbra.

Guimarães, J.F.C. (2000) *A Contabilidade Criativa*, Revista TOC, nº8 de Novembro, 23.

Guimarães, J.F.C. (2010) *História da Normalização Contabilística em Portugal* [online], Revista Eletrónica INFOCONTAB n.º 49 de Janeiro de 2010, Disponível através do site: www.jmmsroc.pt/downloads/ao_estudos/294.pdf, [Último Acesso: 20 de Setembro de 2012].

IASB International Accounting Standards Board (IASB). Disponível através do site: www.iasbweb.org, [Último Acesso: 20 de Setembro de 2012].

Lopes, A. J. (1968) *Digressão através do Vetusto Mundo da Contabilidade*,

Ed. Livraria Avis, Porto.

Lopes, P. T. e R. C.Viana (2008), *The Transition to IFRS: disclosures by Portuguese listed companies*, FEP Working Papers, nº 285, Agosto.

Morais, Ana Isabel e J. Dias Curto (2008), *Accounting Quality and the Adoption of IASB Standards: Portuguese Evidence*, Revista de Contabilidade e Finanças (USP), vol. 19, nº 48 (Setembro/Dezembro), 103-111.

Moreira, J.A.C. (2010) *Irá o método do justo valor reduzir a qualidade da informação financeira? Inferências a partir da aplicação das IFRS*, Revista da Ordem dos Técnicos de Oficinas de Contas, nº119 de Fevereiro, 45-49.

Rocha, A.C.S. (1991) *Contributo da Contabilidade Multidimensional para a Análise e Informação Empresarial*, tese de doutoramento apresentada na Universidade do Minho, Braga.

Rocha, Luís M. M.(2010), Os Testes de Imparidade e as Técnicas de Avaliação de Empresas, Revista TOC, nº125 de Agosto de 2010, 48-61.

Rodrigues, J. (2009) *Sistema de Normalização Contabilística Explicado*, Porto Editora.

Rodrigues J. (2009) *Sistema de Normalização Contabilística Explicado*, Porto, Porto Editora.

Sá A. Lopes, *Fraudes Contábeis e Normas e Males Sociais* [online], Disponível através do site: www.lopesdesa.com.br/?s=Fraudes+Cont%C3%A1beis+e+Normas+e+Males+Sociaisx=0&y=0, [Último Acesso: 20 de Setembro de 2012].

Sá A. Lopes, *Realidade sobre as normas internacionais de contabilidade*, Revista da Ordem dos Técnicos de Contas, Ano X Janeiro, 6 - 9.

Site da Comissão de normalização contabilística (CNC). Disponível através do site: www.cnc.min-financas.pt/sitecnc1.htm, [Último Acesso: 20 de Setembro de 2012].

Torres, A. (1995) *Princípios Básicos para a Preparação de uma Tese de Mestrado*.(Apontamentos provisórios para uso dos mestrandos nos Seminários de Metodologia).Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão.